

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas de acordo com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ADC = ação declaratória de constitucionalidade; ADI = ação direta de inconstitucionalidade; AGU = Advocacia-Geral da União; CF = Constituição Federal de 1988; COFINS = contribuição para o financiamento da seguridade social; CP = Código Penal; CPC = Código de Processo Civil; CPCt = Comitê de Pronunciamentos Contábeis; DF = Distrito Federal; EFS = entidade fiscalizadora superior; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações; INSS = Instituto Nacional do Seguro Social; INTOSAI = Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores; IPTU = imposto sobre a propriedade territorial urbana; IPVA = imposto sobre a propriedade de veículos automotores; ITCMD = imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos; LDO = lei de diretrizes orçamentárias; LO-TCE/PR = Lei Orgânica do TCE/PR; LOA = lei orçamentária anual; LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal; MP = Ministério Público; NBCASP = Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; ONG = organização não governamental; OS = organização social; OSCIP = organização da sociedade civil de interesse público; PPA = plano plurianual; RGPS = regime geral de previdência social; RI-TCE/PR = Regimento Interno do TCE/PR; SIAFI = Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal; SOF = Secretaria de Orçamento Federal; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TCE = tribunal de contas do estado; TCE/PR = Tribunal de Contas do Estado do Paraná; TCM = tribunal de contas dos municípios; TCU = Tribunal de Contas da União; TJ = tribunal de justiça; TJ/PR = Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; TRF = tribunal regional federal; TST = Tribunal Superior do Trabalho.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

A função do orçamento público que visa melhorar a posição de algumas pessoas em detrimento de outras e, com isso, corrigir falhas do mercado é denominada função

<<F1501279_\&2308_P220001A0111&2308_Qt1>>

- A <<F1501279A5_\&2308_E_Q001A5>>controladora.
- B <<F1501279A1_\&2308_E_Q001A1>>alocativa.
- C <<F1501279A2_\&2308_C_Q001A2>>distributiva.
- D <<F1501279A3_\&2308_E_Q001A3>>estabilizadora.
- E <<F1501279A4_\&2308_E_Q001A4>>econômica.

QUESTÃO 2

Assinale a opção correta a respeito dos princípios orçamentários.

<<F1501280_\&2308_P220001A0112&2308_Qt2>>

- A <<F1501280A2_\&2308_E_Q002A2>>O PPA segue o princípio da periodicidade e seu orçamento é definido bianualmente.
- B <<F1501280A3_\&2308_E_Q002A3>>Dado o princípio da exclusividade, cada ente da Federação deverá ter o seu próprio orçamento.
- C <<F1501280A4_\&2308_C_Q002A4>>O princípio da unidade visa evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política.
- D <<F1501280A5_\&2308_E_Q002A5>>De acordo com o princípio do orçamento bruto, as receitas devem constar no

orçamento pelos seus totais, deduzindo-se destes somente os impostos.

- E <<F1501280A1_\&2308_E_Q002A1>>Dado o princípio da totalidade, o orçamento de cada estado deverá conter todas as receitas e despesas de seus órgãos mantidos pelo poder público.

QUESTÃO 3

Assinale a opção correta acerca do PPA, da LDO e da LOA.

<<F1501281_\&2308_P220001A0113&2308_Qt3>>

- A <<F1501281A4_\&2308_C_Q003A4>>As propostas orçamentárias que visem a criação de cargos, empregos e funções devem constar na LDO.
- B <<F1501281A5_\&2308_E_Q003A5>>O projeto de LOA da União para o exercício seguinte deve ser enviado ao Congresso Nacional até o final do exercício corrente.
- C <<F1501281A1_\&2308_E_Q003A1>>No nível federal, o Ministério da Fazenda é o órgão federal responsável pela elaboração do orçamento.
- D <<F1501281A2_\&2308_E_Q003A2>>Conforme a LRF, a avaliação de riscos fiscais deverá estar contida no PPA.
- E <<F1501281A3_\&2308_E_Q003A3>>De acordo com a CF, alterações na legislação tributária da União devem ser processadas em conformidade com princípios e determinações contidos na LOA.

QUESTÃO 4

Com relação a programação e execução orçamentária e financeira, assinale a opção correta.

<<F1501283_\&2308_P220001A01I5&2308_Qt4>>

- A <<F1501283A5_\&2308_E_Q004A5>> Tanto a programação financeira quanto o cronograma de desembolso devem estar contidos na LOA.
- B <<F1501283A1_\&2308_E_Q004A1>> A programação financeira é o instrumento de planejamento de execução das despesas.
- C <<F1501283A2_\&2308_E_Q004A2>> A execução financeira inicia-se com o recolhimento da receita.
- D <<F1501283A3_\&2308_C_Q004A3>> Alterações orçamentárias são feitas por meio de atos legais elaborados pela SOF.
- E <<F1501283A4_\&2308_E_Q004A4>> O ajuste entre receitas e despesas só deve ocorrer no caso de aumento de despesas obrigatórias.

QUESTÃO 5

Os créditos adicionais que demandam a abertura de um novo programa de trabalho após a aprovação da LOA são os créditos

<<F1501284_\&2308_P220001A01I6&2308_Qt5>>

- A <<F1501284A2_\&2308_E_Q005A2>> extraordinários e suplementares.
- B <<F1501284A3_\&2308_E_Q005A3>> especiais e urgentes.
- C <<F1501284A4_\&2308_E_Q005A4>> urgentes e complementares.
- D <<F1501284A5_\&2308_C_Q005A5>> especiais e extraordinários.
- E <<F1501284A1_\&2308_E_Q005A1>> suplementares e especiais.

QUESTÃO 6

Assinale a opção correta a respeito de receita pública.

<<F1501285_\&2308_P220001A01I7&2308_Qt6>>

- A <<F1501285A5_\&2308_C_Q006A5>> Operações de crédito são receitas de capital originárias da contratação de empréstimos junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas.
- B <<F1501285A1_\&2308_E_Q006A1>> Durante o exercício, as receitas cujos valores extrapolarem o originalmente previsto na LOA serão classificadas como ingressos extraordinários.

- C <<F1501285A2_\&2308_E_Q006A2>> No âmbito da União, o órgão que normatiza a classificação orçamentária da receita é a Secretaria do Tesouro Nacional.
- D <<F1501285A3_\&2308_E_Q006A3>> Segundo a classificação oficial, as receitas públicas podem ser originárias ou complementares.
- E <<F1501285A4_\&2308_E_Q006A4>> As receitas de capital e as receitas correntes provocam, ambas, efeito positivo no patrimônio líquido do Estado.

QUESTÃO 7

Na estrutura da programação orçamentária da despesa, o bloco que identifica a unidade orçamentária é a classificação

<<F1501286_\&2308_P220001A01I8&2308_Qt7>>

- A <<F1501286A2_\&2308_C_Q007A2>> institucional.
- B <<F1501286A3_\&2308_E_Q007A3>> funcional.
- C <<F1501286A4_\&2308_E_Q007A4>> subfuncional.
- D <<F1501286A5_\&2308_E_Q007A5>> programática.
- E <<F1501286A1_\&2308_E_Q007A1>> por esfera.

QUESTÃO 8

A respeito de despesa pública, assinale a opção correta.

<<F1501287_\&2308_P220001A01I9&2308_Qt8>>

- A <<F1501287A4_\&2308_E_Q008A4>> Dívida ativa corresponde à despesa originada em exercício anterior, presente no orçamento corrente.
- B <<F1501287A5_\&2308_E_Q008A5>> Garantias ou caucões recebidas de terceiros para a execução de contratos de prestação de serviços são denominadas débitos de tesouraria.
- C <<F1501287A1_\&2308_E_Q008A1>> A execução orçamentária se inicia com a verificação de certeza da liquidez do credor.
- D <<F1501287A2_\&2308_C_Q008A2>> Restos a pagar não geram, necessariamente, obrigações financeiras para o Estado.

- E** <<F1501287A3_\&2308_E_Q008A3>>A dívida fundada corresponde ao montante de obrigações financeiras a serem amortizadas em menos de doze meses.

QUESTÃO 9

Com base nas disposições da LRF, assinale a opção correta.

<<F1501288_\&2308_P220001A01I10&2308_Qt9>>

- A** <<F1501288A2_\&2308_E_Q009A2>>Despesa obrigatória de caráter continuado corresponde a despesa de capital cuja execução extrapola o exercício.
- B** <<F1501288A3_\&2308_E_Q009A3>>No âmbito da União, despesa relativa a demissão voluntária é computada no limite de despesa total com pessoal.
- C** <<F1501288A4_\&2308_E_Q009A4>>A SOF é o órgão responsável por divulgar a relação dos entes que ultrapassarem os limites das dívidas consolidada e mobiliária.
- D** <<F1501288A5_\&2308_E_Q009A5>>Segundo o princípio da universalidade, os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória serão consolidados e escriturados de forma coletiva.
- E** <<F1501288A1_\&2308_C_Q009A1>>A diferença entre o montante das despesas de capital e o montante previsto para as receitas de operações de crédito no projeto de LOA deverá ser igual ou superior a zero.

QUESTÃO 10

No exercício do empreendedorismo governamental, estão previstos diversos princípios que devem nortear a atuação das novas lideranças do setor público. O princípio que nasce da necessidade de um gerenciamento amplo de opções disponíveis, em contraste com a administração concentrada em um único objetivo, é o princípio do governo

<<F1501327_\&0894_P220001A02I2&0894_Qt10>>

- A** <<F1501327A4_\&0894_E_Q010A4>>previdente.

- B** <<F1501327A5_\&0894_E_Q010A5>>orientado para o mercado.
- C** <<F1501327A1_\&0894_C_Q010A1>>catalisador.
- D** <<F1501327A2_\&0894_E_Q010A2>>competitivo.
- E** <<F1501327A3_\&0894_E_Q010A3>>movido por missão.

QUESTÃO 11

Acerca da participação popular na administração pública, assinale a opção correta.

<<F1501328_\&0894_P220001A02I3&0894_Qt11>>

- A** <<F1501328A3_\&0894_E_Q011A3>>O princípio participativo expressa a partilha na condução política entre Poder Executivo e Poder Legislativo.
- B** <<F1501328A4_\&0894_C_Q011A4>>A participação popular é expressão da insuficiência da lei para a legitimação da intervenção estatal.
- C** <<F1501328A5_\&0894_E_Q011A5>>A diversidade de interesses tutelados pela ordem jurídica é resultado da distinção entre os interesses público e privado.
- D** <<F1501328A1_\&0894_E_Q011A1>>O plebiscito constitui medida de aperfeiçoamento de determinado ato normativo do governo.
- E** <<F1501328A2_\&0894_E_Q011A2>>A participação popular unifica os conceitos de Estado democrático de direito e Estado de direito social.

QUESTÃO 12

Considerando que a gestão por competência procura desenvolver um programa destinado a definir perfis profissionais que proporcionem maior produtividade e adequação ao negócio, assinale a opção que apresenta a correta associação entre o tipo de competência e sua definição.

<<F1501329_\&0894_P220001A02I4&0894_Qt12>>

- A** <<F1501329A5_\&0894_E_Q012A5>>essencial / esperada de cada unidade de negócios da organização
- B** <<F1501329A1_\&0894_E_Q012A1>>organizacional / capacidade de adaptação às circunstâncias temporais
- C** <<F1501329A2_\&0894_E_Q012A2>>de suporte / mais elevada e chave para a sobrevivência da organização
- D** <<F1501329A3_\&0894_E_Q012A3>>dinâmica / destinada a apoiar diversos departamentos
- E** <<F1501329A4_\&0894_C_Q012A4>>distintiva / proporcionadora de vantagens competitivas

QUESTÃO 13

Os atributos caracterizadores de determinada entidade como OSCIP incluem a

<<F1501330_\&0894_P220001A02I5&0894_Qt13>>

- A <<F1501330A2_\&0894_C_Q013A2>>presença facultativa de servidor na composição do conselho.
- B <<F1501330A3_\&0894_E_Q013A3>>formalização por meio de contrato de gestão.
- C <<F1501330A4_\&0894_E_Q013A4>>análise de qualificação por diversos órgãos públicos.
- D <<F1501330A5_\&0894_E_Q013A5>>possibilidade de cessão de bens.
- E <<F1501330A1_\&0894_E_Q013A1>>qualificação discricionária.

QUESTÃO 14

Considerando que, de acordo com a legislação vigente, a administração pública pode transferir a entidades do setor privado o encargo pela prestação de serviços públicos, assinale a opção correta.

<<F1501331_\&0894_P220001A02I6&0894_Qt14>>

- A <<F1501331A3_\&0894_E_Q014A3>>Cada ente da Federação é livre para definir a forma como os serviços públicos serão transferidos aos particulares.
- B <<F1501331A4_\&0894_E_Q014A4>>A permissão é a delegação por prazo determinado de prestação de serviço público a determinada pessoa jurídica.
- C <<F1501331A5_\&0894_C_Q014A5>>No caso de obra pública, o investimento da concessionária pode ser remunerado pela exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.
- D <<F1501331A1_\&0894_E_Q014A1>>O poder de polícia é uma das atividades que podem ser transferidas pelo Estado a entidades privadas.
- E <<F1501331A2_\&0894_E_Q014A2>>Pode ser dispensada licitação para a prestação de serviços públicos por particulares.

QUESTÃO 15

De acordo com determinado segmento da doutrina especializada, os governos devem optar por políticas cujos ganhos sociais superem os custos pelo maior valor e devem evitar políticas em que os custos

excedam os ganhos. Esse método de avaliação das políticas públicas corresponde ao modelo

<<F1501332_\&0894_P220001A02I7&0894_Qt15>>

- A <<F1501332A5_\&0894_E_Q015A5>>sistêmico.
- B <<F1501332A1_\&0894_E_Q015A1>>institucional.
- C <<F1501332A2_\&0894_E_Q015A2>>de processo.
- D <<F1501332A3_\&0894_C_Q015A3>>racional.
- E <<F1501332A4_\&0894_E_Q015A4>>incremental.

QUESTÃO 16

De acordo com a teoria de William Edwards Deming, a produtividade gerencial deve ser obtida a partir da implantação de um programa de melhoria contínua, embasado em quatro etapas. Assinale a opção que apresenta a ordem correta em que essas etapas devem ser implementadas.

<<F1501333_\&0894_P220001A02I8&0894_Qt16>>

- A <<F1501333A3_\&0894_E_Q016A3>>implementação das ações, planejamento da implementação do programa, acompanhamento das ações e análise dos resultados
- B <<F1501333A4_\&0894_E_Q016A4>>planejamento da implementação do programa, análise dos resultados, acompanhamento das ações e implementação das ações
- C <<F1501333A5_\&0894_C_Q016A5>>planejamento da implementação do programa, implementação das ações, acompanhamento das ações e análise dos resultados
- D <<F1501333A1_\&0894_E_Q016A1>>planejamento da implementação do programa, análise dos resultados, implementação das ações e acompanhamento das ações
- E <<F1501333A2_\&0894_E_Q016A2>>implementação das ações, acompanhamento das ações, planejamento da implementação do programa e análise dos resultados

QUESTÃO 17

Assinale a opção correta acerca do método de administração BSC (*balanced scorecard*).

<<F1501334_\&0894_P220001A02I9&0894_Qt17>>

- A <<F1501334A4_\&0894_E_Q017A4>>O BSC deve ser usado para criar organizações focadas no controle sobre os ambientes interno e externo.
- B <<F1501334A5_\&0894_E_Q017A5>>A ênfase excessiva do BSC em indicadores de desempenho prejudica o espírito de equipe e a motivação.
- C <<F1501334A1_\&0894_C_Q017A1>>O objetivo do BSC é fazer que as operações de uma organização estejam em consonância com a visão estratégica.
- D <<F1501334A2_\&0894_E_Q017A2>>Os indicadores utilizados pelo BSC devem restringir-se às medidas financeiras e contábeis geradas pela empresa.

- E <<F1501334A3_\&0894_E_Q017A3>>Os comportamentos detectados pelos indicadores são determinantes para a política a ser adotada pela administração.

QUESTÃO 18

A respeito da análise dos ambientes interno e externo das organizações, que leva a diferentes desenhos organizacionais, assinale a opção correta.

<<F1501335_\&0894_P220001A02I10&0894_Qt18>>

- A <<F1501335A2_\&0894_C_Q018A2>>Para a produção em massa ou mecanizada, o desenho organizacional deve apresentar poucos níveis hierárquicos.
- B <<F1501335A3_\&0894_E_Q018A3>>Na prestação de serviços e na manufatura, a tecnologia exerce pequena influência na estrutura organizacional.
- C <<F1501335A4_\&0894_E_Q018A4>>No estágio de maturidade de uma empresa, a estrutura organizacional mais apropriada é a burocrática.
- D <<F1501335A5_\&0894_E_Q018A5>>Os empregados de uma organização devem servir como ferramenta operacional para a estrutura organizacional.
- E <<F1501335A1_\&0894_E_Q018A1>>Em ambientes compostos por elementos estáveis, a organização deve adotar desenhos orgânicos.

QUESTÃO 19

receita de vendas		5.000
variação do estoque de produtos acabados e em processos	500	
consumo de matérias-primas e de materiais	650	
salários e benefícios a empregados	100	
depreciações e amortizações	200	
comissões sobre vendas	80	
outras despesas	130	
total de despesas		1.660
resultado antes dos impostos		3.340

A tabela mostrada acima, em que os valores estão em reais, exemplifica uma demonstração do resultado

<<F1501347_\&1239_P220001A03I1&1239_Qt19>>

- A <<F1501347A4_\&1239_C_Q019A4>>elaborada adotando-se o método da natureza da despesa, válida para fins societários.
- B <<F1501347A5_\&1239_E_Q019A5>>abrangente, conforme o CPCt.
- C <<F1501347A1_\&1239_E_Q019A1>>proposta no formato de contribuição.

- D <<F1501347A2_\&1239_E_Q019A2>>gerencial, sem valor societário.

- E <<F1501347A3_\&1239_E_Q019A3>>proposta no formato funcional, com aplicação societária.

QUESTÃO 20

Uma empresa adquiriu, por R\$ 1.000.000, um instrumento financeiro, destinado e classificado para alienação futura. Ao final do exercício social, o ativo havia rendido R\$ 15.000 e o seu valor de mercado era de R\$ 1.100.000.

Nessa situação,

<<F1501348_\&1239_P220001A03I2&1239_Qt20>>

- A <<F1501348A2_\&1239_E_Q020A2>>será necessário contabilizar um ajuste de valorização patrimonial de R\$ 100.000 no resultado.
- B <<F1501348A3_\&1239_C_Q020A3>>o ajuste de valorização patrimonial será de R\$ 85.000 e deverá ser realizado em conta de patrimônio líquido.
- C <<F1501348A4_\&1239_E_Q020A4>>ao final do exercício, o saldo do instrumento financeiro será de R\$ 1.100.000, e terá sido gerada uma renda no valor de R\$ 100.000.
- D <<F1501348A5_\&1239_E_Q020A5>>em decorrência do princípio da competência, a variação do valor de mercado de títulos e valores mobiliários não será contabilizada.
- E <<F1501348A1_\&1239_E_Q020A1>>o saldo de final de exercício da rubrica do ativo instrumento financeiro será de R\$ 1.015.000.

QUESTÃO 21

Com base na normatização contábil brasileira, assinale a opção correta.

<<F1501349_\&1239_P220001A03I3&1239_Qt21>>

- A <<F1501349A4_\&1239_E_Q021A4>>Conforme o CPCt, o principal objetivo da elaboração e divulgação de relatórios contábil-financeiros pelas entidades é subsidiar a fiscalização tributária.
- B <<F1501349A5_\&1239_E_Q021A5>>Os créditos concedidos a pessoas ligadas — físicas ou jurídicas — e que não derivem da exploração do objetivo social da entidade serão contabilizados no ativo circulante.

- Ⓒ <<F1501349A1_&1239_E\Q021A1>>Essência sobre a forma e prudência são atributos fundamentais da representação contábil fidedigna.
- Ⓓ <<F1501349A2_&1239_E\Q021A2>>Na compra a prazo, com juros embutidos, de mercadoria para revenda, os juros devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Ⓔ <<F1501349A3_&1239_C\Q021A3>>No registro de um item patrimonial e em suas avaliações subsequentes, a essência econômica desse item tem prioridade sobre sua forma jurídica.

QUESTÃO 22

Acerca da estrutura, das características e das formas de elaboração e apresentação das principais demonstrações contábeis, assinale a opção correta.

<<F1501350_&1239_P220001A03I4&1239\Qt22>>

- Ⓐ <<F1501350A2_&1239_E\Q022A2>>Deve-se evitar a evidenciação de mutações em reservas na demonstração de lucros e prejuízos acumulados.
- Ⓑ <<F1501350A3_&1239_E\Q022A3>>Uma aplicação financeira destinada a cobrir compromissos de curtíssimo prazo que apresente significativo risco de variação de valor é, ainda assim, considerada equivalente de caixa.
- Ⓒ <<F1501350A4_&1239_E\Q022A4>>Devem ser avaliadas a valor justo as transações que impliquem transferência de itens patrimoniais, ativos ou passivos, entre uma empresa controladora e a sua controlada.
- Ⓓ <<F1501350A5_&1239_E\Q022A5>>O montante da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios passados deve ser revertido contra a conta de lucros e prejuízos acumulados, quando os lucros respectivos já tiverem sido financeiramente realizados.
- Ⓔ <<F1501350A1_&1239_C\Q022A1>>Conforme o CPCt, na demonstração do resultado do exercício, são gerenciais as finalidades da separação entre perdas e despesas.

QUESTÃO 23

Considere o rol de saldos e rubricas a seguir, relativo ao encerramento de um exercício social de determinada entidade.

	em R\$
caixa	100
reservas de lucros	300
reservas de capital	300
empréstimos a sócios	500
ações em tesouraria	100
imóveis destinados a investimento	5.000
financiamentos — longo prazo	5.000
bancos conta movimento	900
clientes	3.000
duplicatas descontadas	1.000
ajuste de avaliação patrimonial — credor	1.000
imobilizado de uso	12.000
vendas para entrega futura — curto prazo	500
fornecedores	3.000
depreciação acumulada	1.000
salários e encargos a pagar	2.000
impostos a recolher	300
estoques para revenda	4.000
ICMS diferido a compensar — curto prazo	200
empréstimos — curto prazo	1.000
seguros a vencer — curto prazo	100
capital social	10.000

Com base nessas informações, assinale a opção correta, sabendo que resta contabilizar apenas o resultado do exercício.

<<F1501351_&1239_P220001A03I5&1239\Qt23>>

- Ⓐ <<F1501351A3_&1239_E\Q023A3>>O patrimônio líquido do exercício é menor que R\$ 11.500.
- Ⓑ <<F1501351A4_&1239_E\Q023A4>>O valor contábil líquido de créditos de clientes a receber é igual a R\$ 1.500.
- Ⓒ <<F1501351A5_&1239_E\Q023A5>>Os números de contas com saldo devedor e de contas com saldo credor são iguais.
- Ⓓ <<F1501351A1_&1239_E\Q023A1>>O ativo circulante soma R\$ 8.800.
- Ⓔ <<F1501351A2_&1239_C\Q023A2>>Foram apurados R\$ 1.000 de lucro no período.

Tabelas para as três próximas questões

Balço Patrimonial da Companhia PR S.A. (em R\$ mil)							
	20X4	20X3	20X2		20X4	20X3	20X2
ativo total	45.500	32.500	27.000	passivo total	45.500	32.500	27.000
ativo circulante	29.000	20.500	19.500	passivo circulante	7.000	5.500	4.500
disponibilidades	7.000	5.000	3.000	obrigações tributárias	6.000	5.000	4.000
clientes	6.500	4.500	2.500	empréstimos e financiamentos	1.000	500	500
estoques	8.000	6.000	4.000	passivo exigível a longo prazo	17.000	13.000	9.000
créditos diversos	7.500	5.000	10.000	empréstimos e financiamentos	17.000	13.000	9.000
ativo realizável a longo prazo	4.500	4.000	3.500				
créditos tributários	4.000	3.000	2.000	patrimônio líquido	21.500	14.000	13.500
créditos com coligadas/controladas	500	1.000	1.500	capital social realizado	4.000	4.000	4.000
ativo permanente	12.000	8.000	4.000				
investimentos	1.500	1.000	500	reservas para contingências	4.600	2.100	5.900
imobilizado	4.500	3.000	1.500	reservas de lucros a realizar	12.900	7.900	3.600
intangível	6.000	4.000	2.000				

Demonstração do Resultado da Companhia PR S.A. (em R\$ mil)			
	20X4	20X3	20X2
receita operacional bruta	16.000	13.000	10.000
deduções da receita bruta	(4.800)	(3.300)	(2.000)
receita líquida de vendas	11.200	9.700	8.000
custo de bens e/ou serviços vendidos	(2.200)	(1.900)	(1.600)
receita operacional líquida	9.000	7.800	6.400
despesas/receitas operacionais	(1.800)	(1.600)	(1.300)
resultado operacional	7.200	6.200	5.100
resultado do exercício	5.000	4.300	3.600
provisão para IR e contribuição social	(2.200)	(1.900)	(1.500)

QUESTÃO 24

A respeito dos indicadores financeiros, dos indicadores de liquidez e de retorno da Companhia PR S.A., assim como de outros indicadores, assinale a opção correta.

<<F1501341_\&2797_P220001A04I1&2797_Qt24>>

- A** <<F1501341A2_\&2797_E_Q024A2>>A liquidez geral em 20X4 foi igual a 4,14, e a liquidez corrente, igual a 1,40.
- B** <<F1501341A3_\&2797_E_Q024A3>>No ano de 20X4, o retorno sobre o ativo foi inferior a 0,10, enquanto o retorno sobre o patrimônio líquido foi superior a 0,30, índices obtidos a partir do resultado líquido e do resultado operacional, respectivamente.
- C** <<F1501341A4_\&2797_E_Q024A4>>Apesar das alterações na margem líquida e no retorno sobre o patrimônio líquido, o endividamento se manteve constante e igual a 0,33 ao longo do período analisado.
- D** <<F1501341A5_\&2797_C_Q024A5>>Se a variação na conta de empréstimos e financiamentos for o valor da despesa financeira não paga em 20X4 e a taxa de retorno exigida pelos investidores for de 25% sobre o capital social (já deduzidos todos os benefícios fiscais), o valor agregado ao acionista em 20X4 será igual a R\$ 3.500.
- E** <<F1501341A1_\&2797_E_Q024A1>>O índice de liquidez seca, que era igual a 3,00 em 20X2, passou para mais de 3,4 em 20X4, e a liquidez imediata, que era inferior a 0,7 em 20X2, passou para 1,00 em 20X4, o que indica melhoria nos indicadores analisados.

QUESTÃO 25

Com relação às análises vertical e horizontal da Companhia PR S.A., assinale a opção correta.

<<F1501343_\&2797_P220001A04I3&2797_Qt25>>

- A <<F1501343A5_\&2797_E_Q025A5>>As notas explicativas deverão conter informações a respeito dos indicadores que subsidiam as análises vertical e horizontal da empresa, o que possibilitará melhor julgamento pelos investidores.
- B <<F1501343A1_\&2797_E_Q025A1>>Relativamente ao investimento da companhia, a empresa tem incrementado os investimentos no imobilizado e no intangível, e isso se deve ao aumento relativo do patrimônio líquido, resultante da lucratividade da empresa.
- C <<F1501343A2_\&2797_E_Q025A2>>Apesar do crescimento significativo ao longo do tempo, a empresa tem comprometido sua continuidade, devido ao aumento relativo dos custos e das deduções de receitas.
- D <<F1501343A3_\&2797_C_Q025A3>>A comparação das exigibilidades da empresa indica que a dependência do capital de terceiros aumentou: o passivo oneroso passou de 35%, em 20X2, para 40%, em 20X4, o que mostra um aumento temporal no capital de terceiros da companhia.
- E <<F1501343A4_\&2797_E_Q025A4>>Há o risco de que a empresa interrompa suas atividades: a tendência de aumento do exigível total irá comprometer os resultados gerados em cada exercício futuro.

QUESTÃO 26

No que se refere aos aspectos qualitativos e de mercado, bem como às limitações dos indicadores financeiros, assinale a opção correta.

<<F1501344_\&2797_P220001A04I4&2797_Qt26>>

- A <<F1501344A3_\&2797_E_Q026A3>>Utilizam-se os indicadores não financeiros para mensurar o resultado da empresa e também para o planejamento e a execução da estratégia, sendo obrigatória a sua divulgação em notas explicativas.
- B <<F1501344A4_\&2797_C_Q026A4>>Analisando-se a alavancagem financeira, é possível medir o grau de utilização do capital de terceiros, bem como seus respectivos efeitos na formação da taxa de retorno do capital próprio.
- C <<F1501344A5_\&2797_E_Q026A5>>O fluxo de caixa é um dos indicadores financeiros que devem ser divulgados nas notas explicativas.

D <<F1501344A1_\&2797_E_Q026A1>>Os indicadores de liquidez são bons instrumentos para a avaliação da situação da empresa: eles medem a capacidade de a empresa honrar suas dívidas a cada exercício.

E <<F1501344A2_\&2797_E_Q026A2>>Os indicadores de mercado mais conhecidos e utilizados são: índice preço/lucro (P/L) e lucro por ação (LPA).

QUESTÃO 27

As normas brasileiras de auditoria definem e descrevem elementos, objetivos e outros aspectos dos trabalhos de asseguarção. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

<<F1501345_\&2797_P220001A04I5&2797_Qt27>>

- A <<F1501345A2_\&2797_C_Q027A2>>Ao conduzir os trabalhos de auditoria, o auditor deve procurar obter asseguarção razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes e em conformidade com a estrutura do relatório financeiro, bem como deve apresentar o relatório de auditoria em conformidade com as suas constatações.
- B <<F1501345A3_\&2797_E_Q027A3>>As normas brasileiras de auditoria estabelecem dois tipos de trabalhos de asseguarção: razoável e limitado. O objetivo do primeiro tipo é reduzir o risco de trabalho de asseguarção a um nível aceitável e o do segundo tipo é reduzir o risco do trabalho de asseguarção a um nível aceitavelmente baixo.
- C <<F1501345A4_\&2797_E_Q027A4>>No planejamento da auditoria, devem-se considerar aspectos como: procedimentos analíticos a serem aplicados, como, por exemplo, os de avaliação de risco; entendimento global da estrutura jurídica e do ambiente regulatório da entidade e como ela cumpre com os requerimentos dessa estrutura; a determinação da materialidade, independentemente da relevância, bem como o envolvimento de especialistas e a aplicação de outros procedimentos de avaliação de risco.
- D <<F1501345A5_\&2797_E_Q027A5>>A estrutura conceitual estabelece normas próprias e exigências relativas a procedimentos para a execução de trabalhos de asseguarção.
- E <<F1501345A1_\&2797_E_Q027A1>>A documentação de auditoria deve fornecer evidências do cumprimento dos objetivos específicos para os quais a auditoria foi contratada. Entre esses objetivos inclui-se evitar fraudes nas informações contábeis decorrentes da gestão.

QUESTÃO 28

Sabendo que os trabalhos de auditoria devem subsidiar os usuários de informações contábeis com diversas decisões, assinale a opção correta.

<<F1501346_\&2797_P220001A04I6&2797_Qt28>>

- A <<F1501346A3_\&2797_E_Q028A3>>Teste de controle é o procedimento de auditoria planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações, ao passo que procedimento substantivo é o procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações.
- B <<F1501346A4_\&2797_E_Q028A4>>O auditor, ao definir e executar procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências de auditoria, deve consultar fontes internas e externas à entidade, com a finalidade de detectar erros ou fraudes, independentemente da fonte da informação.

- Ⓒ <<F1501346A5_\&2797_E_Q028A5>>O auditor deve formar sua opinião sobre as demonstrações contábeis elaboradas, apresentando a conclusão sobre a evidência obtida e sobre as distorções não corrigidas e relevantes, sendo seu dever ético informar as autoridades competentes sobre as fraudes encontradas.
- Ⓓ <<F1501346A1_\&2797_E_Q028A1>>O auditor deve observar todas as normas brasileiras de auditorias, bem como declarar a conformidade com essas normas, além de emitir parecer com base nos indicadores de mercado, como o índice preço/patrimônio líquido (P/PL).
- Ⓔ <<F1501346A2_\&2797_C_Q028A2>>Ao emitir o relatório de auditoria, o auditor deverá destacar que a administração da entidade é responsável pelas demonstrações contábeis, que o auditor é o responsável pelo relatório de auditoria e que o relatório contém a opinião do auditor, independentemente de as demonstrações contábeis conterem fraude ou erro não detectado pelo auditor.

QUESTÃO 29

A respeito de contabilidade de custos, assinale a opção correta.

<<J1307335_\&2739_P220001A05I1&2739_Qt29>>

- Ⓐ <<J1307335A4_\&2739_E_Q029A4>>O gasto com mão de obra durante o período de greve dos empregados de uma empresa de prestação de serviços de tecnologia da informação deverá ser classificado como custos gerais dos serviços, já que não é possível uma associação direta desse gasto com os serviços em andamento.
- Ⓑ <<J1307335A5_\&2739_C_Q029A5>>Matéria-prima, mão de obra direta e gastos indiretos de fabricação são considerados custos estocáveis e representam ativos até o momento da venda das unidades produzidas, quando se transformam em despesas.
- Ⓒ <<J1307335A1_\&2739_E_Q029A1>>Define-se custo de transformação como a soma dos custos primários com os custos indiretos de fabricação.
- Ⓓ <<J1307335A2_\&2739_E_Q029A2>>Custo de fabricação é equivalente à soma dos seguintes custos: primários, mão de obra direta e gastos indiretos de fábrica.
- Ⓔ <<J1307335A3_\&2739_E_Q029A3>>A compra de um guindaste com pagamento à vista, para ser utilizado em ambiente fabril, representa desembolso no momento da aquisição e, em função da vida útil do bem adquirido, é considerada despesa incorporada ao ativo.

QUESTÃO 30

Uma empresa de prestação de serviços de consultoria alocou, no período de encerramento, todos os seus consultores, em tempo integral, para finalizar um projeto de interesse da administração pública. O projeto é objeto de custeio, o salário dos

consultores é pago conforme as horas trabalhadas, um veículo foi utilizado especificamente para o projeto e a depreciação desse veículo é calculada pelo método das quotas constantes.

Considerando a situação apresentada, assinale a opção correta a respeito de custos e despesas.

<<J1307336_\&2739_P220001A05I2&2739_Qt30>>

- Ⓐ <<J1307336A2_\&2739_E_Q030A2>>O salário dos consultores é custo direto, e a depreciação do veículo, custo indireto.
- Ⓑ <<J1307336A3_\&2739_E_Q030A3>>A depreciação do veículo é despesa, e o salário dos consultores, custo.
- Ⓒ <<J1307336A4_\&2739_E_Q030A4>>O salário dos consultores e a depreciação do veículo são custos fixos.
- Ⓓ <<J1307336A5_\&2739_E_Q030A5>>A depreciação do veículo é custo fixo indireto, e o salário dos consultores, custo variável.
- Ⓔ <<J1307336A1_\&2739_C_Q030A1>>Tanto o salário dos consultores quanto a depreciação do veículo são custos diretos.

QUESTÃO 31

Em relação a custos indiretos, assinale a opção correta.

<<J1307337_\&2739_P220001A05I3&2739_Qt31>>

- Ⓐ <<J1307337A3_\&2739_C_Q031A3>>A sequência lógica utilizada por empresas departamentalizadas para rateio dos custos indiretos pressupõe o carregamento dos custos dos departamentos de serviços para os de produção e, em seguida, o destes para os produtos.
- Ⓑ <<J1307337A4_\&2739_E_Q031A4>>Os departamentos de serviços em que predominam os custos fixos devem utilizar os serviços prestados aos outros departamentos como base de rateio; aqueles em que os custos variáveis sejam os predominantes devem utilizar o potencial de uso como critério.
- Ⓒ <<J1307337A5_\&2739_E_Q031A5>>Os custos indiretos de fabricação não podem conter outros custos que sejam diretamente associáveis aos produtos.
- Ⓓ <<J1307337A1_\&2739_E_Q031A1>>O rateio de custos indiretos é um processo objetivo e não arbitrário, uma vez que se baseia em medidas quantitativas.
- Ⓔ <<J1307337A2_\&2739_E_Q031A2>>A departamentalização contribui para alocação dos custos indiretos, pois nela deixam de ocorrer as alocações reflexivas.

QUESTÃO 32

Em relação aos métodos de custeio, assinale a opção correta.

<<R1307338_\&2739_P220001A05I4&2739_\Qt32>>

- A** <<R1307338A5_\&2739_E_\Q032A5>>Do ponto de vista da tomada de decisão, o custeio variável ou direto é mais apropriado quando comparado com o custeio por absorção; todavia, o custeio variável ou direto não é aceito pelo fisco, embora seja aderente aos princípios contábeis.
- B** <<R1307338A1_\&2739_E_\Q032A1>>No sistema de custeio ABC, direcionadores de custos de recursos ou direcionadores de primeiro estágio são termos que se referem à maneira como os custos acumulados nas atividades são transferidos aos produtos.
- C** <<R1307338A2_\&2739_C_\Q032A2>>Se, realizada a apuração pelo sistema ABC, houver grande proporção de custos indiretos nas atividades de apoio e produtos mais complexos e com baixos volumes de produção, então as margens brutas serão menores em comparação com as apuradas pelo custeio por absorção.
- D** <<R1307338A3_\&2739_E_\Q032A3>>Adotando-se o custeio variável ou direto e considerando-se R\$ 10.000 de custos diretos, R\$ 2.500 de custos indiretos, R\$ 1.000 de despesas e que não havia estoques no início do período nem houve vendas, a demonstração de resultados exibiria um prejuízo de R\$ 1.000.
- E** <<R1307338A4_\&2739_E_\Q032A4>>Adotando-se o custeio por absorção, os resultados acompanham a tendência das vendas; esse fato não ocorre se se adota o custeio variável ou direto.

QUESTÃO 33

De acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei Complementar n.º 101/2000 sobre contabilidade orçamentária e financeira, assinale a opção correta.

<<R1501042_\&2760_P220001A06I1&2760_\Qt33>>

- A** <<R1501042A2_\&2760_E_\Q033A2>>Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, não integram a dívida flutuante.
- B** <<R1501042A3_\&2760_C_\Q033A3>>O compromisso de adimplência das obrigações financeiras assumidas pelos entes da Federação, inclusive das entidades a eles vinculadas, representam as concessões de garantia integrantes da dívida pública.

- C** <<R1501042A4_\&2760_E_\Q033A4>>Se receber antecipadamente valores provenientes da venda a termo de bens, o ente público deverá classificar o respectivo valor em dívida pública mobiliária.
- D** <<R1501042A5_\&2760_E_\Q033A5>>É vedado a titular de poder, em qualquer hipótese, contrair obrigações de despesas nos últimos dois quadrimestres de seu mandato, quando essas obrigações forem contratadas em parcelas vincendas no exercício seguinte.
- E** <<R1501042A1_\&2760_E_\Q033A1>>Operações que não constem na execução orçamentária, mas que porventura gerem débitos ou créditos financeiros, não serão objeto de registro contábil, em decorrência da falta de previsão orçamentária.

QUESTÃO 34

No que se refere à gestão organizacional da contabilidade pública no Brasil, regulada pela Lei n.º 10.180/2001, bem como ao SIAFI, assinale a opção correta.

<<R1501043_\&2760_P220001A06I2&2760_\Qt34>>

- A** <<R1501043A5_\&2760_E_\Q034A5>>Como forma de garantir a segurança do sistema, as entidades de caráter privado estão impedidas de usar o SIAFI.
- B** <<R1501043A1_\&2760_E_\Q034A1>>Os tribunais de contas são órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal.
- C** <<R1501043A2_\&2760_C_\Q034A2>>As competências da Secretaria do Tesouro Nacional incluem o subsídio à formulação de políticas de financiamento de despesas públicas.
- D** <<R1501043A3_\&2760_E_\Q034A3>>Embora figure como um dos principais objetivos do SIAFI, a padronização de métodos ainda não foi atingida, em decorrência das diferentes rotinas de lançamentos relativos à aplicação de recursos públicos.
- E** <<R1501043A4_\&2760_E_\Q034A4>>Embora o SIAFI promova relevante contribuição ao trabalho de auditoria na apuração de irregularidades, nem todos os órgãos da administração direta o utilizam.

QUESTÃO 35

Com relação aos balanços públicos, que representam a situação econômico-financeira dos entes públicos e entre os quais incluem-se o balanço orçamentário, o balanço financeiro e o balanço patrimonial, previstos na Lei n.º 4.320/1964 e também nas

NBCASP — Resolução CFC n.º 1.133/2008 —, assinale a opção correta.

<<R1501044_\&2760_P220001A06I3&2760_Qt35>>

- A <<R1501044A3_\&2760_E_Q035A3>>A demonstração do confronto entre as receitas e despesas previstas com aquelas efetivamente realizadas integra o balanço financeiro.
- B <<R1501044A4_\&2760_E_Q035A4>>O ativo financeiro, parte integrante do balanço patrimonial, compreende os créditos realizáveis cuja execução depende de autorização orçamentária.
- C <<R1501044A5_\&2760_E_Q035A5>>Na apresentação do balanço financeiro, os restos a pagar inscritos no exercício são contabilizados na receita orçamentária para compensar sua inclusão na despesa empenhada.
- D <<R1501044A1_\&2760_E_Q035A1>>As contas de compensação, constantes do balanço patrimonial, representam os valores que afetaram o patrimônio líquido positiva ou negativamente.
- E <<R1501044A2_\&2760_C_Q035A2>>O resultado descrito no balanço orçamentário representa o confronto das receitas e despesas orçadas com aquelas efetivamente executadas.

QUESTÃO 36

De acordo com as disposições da Lei n.º 4.320/1964 a respeito da demonstração das variações patrimoniais, assinale a opção correta.

<<R1501045_\&2760_P220001A06I4&2760_Qt36>>

- A <<R1501045A4_\&2760_C_Q036A4>>A atualização monetária da dívida é uma superveniência do passivo, pois representa uma variação passiva que independe da execução orçamentária e provoca redução do patrimônio líquido.
- B <<R1501045A5_\&2760_E_Q036A5>>A amortização da dívida, considerada pela legislação uma despesa de capital, é um exemplo de despesa efetiva.
- C <<R1501045A1_\&2760_E_Q036A1>>As mutações ativas são provenientes da execução das despesas orçamentárias efetivas.
- D <<R1501045A2_\&2760_E_Q036A2>>A inscrição de valores em dívida ativa representa insubsistência do ativo.
- E <<R1501045A3_\&2760_E_Q036A3>>A alienação de ativos por valores idênticos aos contabilmente registrados representa superveniência do ativo.

QUESTÃO 37

As NBCASP foram editadas com o intuito de promover a convergência dos padrões brasileiros aos normativos internacionais. Tendo como referência essas normas, assinale a opção correta.

<<R1501046_\&2760_P220001A06I5&2760_Qt37>>

- A <<R1501046A5_\&2760_E_Q037A5>>Na comprovação de transações ocorridas em entidade do setor público, bem como na comprovação de seu registro contábil, não será válida a utilização de documentos eletrônicos.
- B <<R1501046A1_\&2760_E_Q037A1>>No quesito classificação das contas patrimoniais, as NBCASP determinam que, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade, serão classificadas no passivo não circulante as contas que correspondam a valores de terceiros ou retenções.
- C <<R1501046A2_\&2760_E_Q037A2>>Os subsistemas contábeis geram informações relativas aos valores que compõem o patrimônio público nos aspectos financeiro e patrimonial. Esses subsistemas não estão estruturados para subsidiar a administração pública de resultados na execução dos programas de trabalho com relação à eficiência, à eficácia e à efetividade.
- D <<R1501046A3_\&2760_E_Q037A3>>Para fins de registro contábil, as transações decorrentes de fatos que possam promover alterações no patrimônio do ente público não são consideradas transações do setor público.
- E <<R1501046A4_\&2760_C_Q037A4>>Conversibilidade e exigibilidade são os atributos adotados para classificar os elementos patrimoniais na segregação de ativos e passivos descritos como circulantes ou não circulantes.

QUESTÃO 38

A convergência na contabilidade trouxe inovações a respeito da mensuração de ativos de entidades do setor público, fato que corresponde à relevante contribuição no processo de avaliação do patrimônio público. De acordo com as orientações do **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público**, bem como com as das NBCASP, assinale a opção correta.

<<R1501048_\&2760_P220001A06I7&2760_Qt38>>

- A <<R1501048A2_\&2760_E_Q038A2>>O ente público que possuir em seu patrimônio máquinas de escrever manuais, consideradas sem valor de uso, poderá realizar a baixa contábil integral dos itens patrimoniais mediante depreciação ou teste de recuperabilidade.
- B <<R1501048A3_\&2760_E_Q038A3>>Se um ente público for possuidor de obras de arte ou antiguidades, os valores a serem lançados a título de depreciação deverão ser identificados com base em parâmetros e índices admitidos em laudo técnico específico.
- C <<R1501048A4_\&2760_E_Q038A4>>No ajuste de valores do ativo imobilizado de ente público, caracteriza-se como redução ao valor recuperável aquele relativo à perda gradual de potencial dos ativos em decorrência do uso ou da obsolescência.

- D <<R1501048A5_\&2760_C_\Q038A5>> Valor recuperável de um ativo corresponde ao maior valor entre os dois seguintes: valor de mercado de um ativo deduzido o custo para a sua alienação ou valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso desse ativo em suas operações.
- E <<R1501048A1_\&2760_E_\Q038A1>> Em se tratando de contratos de arrendamento para utilização de computadores e copiadoras, é vedado ao ente público depreciar os equipamentos por não ser o seu proprietário.

QUESTÃO 39

De acordo com o RI–TCE/PR e a LO–TCE/PR, o Tribunal Pleno <<J1307356_\&2172_P220001A07I1&2172_\Qt39>>

- A <<J1307356A4_\&2172_E_\Q039A4>> realizará sorteio, em sessão reservada, a cada ano, do conselheiro responsável pela lavratura do parecer prévio sobre as contas do governador, que deverá ser emitido no prazo máximo de sessenta dias, contados do ato de nomeação do relator.
- B <<J1307356A5_\&2172_E_\Q039A5>> ficará responsável pelos cálculos das quotas do ICMS devidas aos municípios, devendo dar ciência à câmara municipal e fixar prazo de até trinta dias improrrogáveis para que o município adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- C <<J1307356A1_\&2172_E_\Q039A1>> poderá criar comissões temporárias compostas por três membros, escolhidos entre os servidores efetivos, os auditores e os integrantes do MP junto ao TCE, indicados pelos conselheiros. Cada uma dessas comissões será considerada extinta com o decurso do prazo definido para seu funcionamento.
- D <<J1307356A2_\&2172_C_\Q039A2>> poderá pronunciar-se sobre a interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da administração pública.
- E <<J1307356A3_\&2172_E_\Q039A3>> deverá aplicar penalidade de demissão a servidor do TCE cujo processo administrativo disciplinar conte com prova pericial comprovadora da materialidade dos danos causados.

QUESTÃO 40

Relativamente às EFSs e às diretrizes para preceitos de auditoria definidas na Declaração de Lima, assinale a opção correta.

<<J1307357_\&2172_P220001A07I2&2172_\Qt40>>

- A <<J1307357A2_\&2172_E_\Q040A2>> O Poder Executivo deve estabelecer o grau necessário de independência de que deve gozar a EFS e garantir a proteção adequada contra qualquer interferência sobre a referida independência e(ou) o mandato de auditoria da EFS.
- B <<J1307357A3_\&2172_E_\Q040A3>> As normas de auditoria, às quais as EFSs devem obediência, podem ser divididas em dois grandes grupos: as que contemplam os requisitos da auditoria do setor público no nível operacional e as normas que visam regulamentar a formatação dos trabalhos de auditoria.
- C <<J1307357A4_\&2172_C_\Q040A4>> Qualquer que seja o normativo vigente e qualquer que seja a natureza das

disposições adotadas, às EFSs cabe, fundamentalmente, fomentar e fazer respeitar a obrigação da prestação de contas no setor público.

- D <<J1307357A5_\&2172_E_\Q040A5>> Segundo a Declaração de Lima, a EFS poderá atuar como um agente do parlamento, fazendo auditorias segundo as instruções dessa casa legislativa, em posição de entidade auxiliar ou consultora, mas, nesse caso, para assegurar sua independência e autonomia, as matérias de que ela tratar deverão ser submetidas ao seu pleno para decisão por escrutínio nominal.
- E <<J1307357A1_\&2172_E_\Q040A1>> As EFSs devem cumprir as normas de auditoria da INTOSAI em todas as questões consideradas relevantes; como consequência, as normas de auditoria da INTOSAI, exceto qualquer outra norma de auditoria alheia à própria EFS, são de aplicação obrigatória para as EFSs, inclusive para o seu pessoal.

QUESTÃO 41

Assinale a opção correta de acordo com a LO–TCE/PR.

<<J1307358_\&2172_P220001A07I3&2172_\Qt41>>

- A <<J1307358A3_\&2172_E_\Q041A3>> As unidades técnicas integrantes do Corpo Instrutivo, sob a coordenação da Diretoria-Geral, vinculam-se diretamente aos gabinetes de conselheiros e respectivos titulares, aos quais se garante a independência e a autonomia ao se lhes vedar vinculação ao Gabinete da Presidência.
- B <<J1307358A4_\&2172_E_\Q041A4>> Na hipótese de processo iniciado de ofício pela Comissão de Ética, deverá essa comissão recorrer da decisão plenária, quando se tratar atividade persecutória, devendo ser intimado o interessado para, no prazo de quinze dias, apresentar defesa, acompanhada da documentação comprobatória.
- C <<J1307358A5_\&2172_E_\Q041A5>> A decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser suplementar, complementar ou integral.
- D <<J1307358A1_\&2172_C_\Q041A1>> A Diretoria de Execuções é responsável pela emissão de certidão de débito e pelo acompanhamento do parcelamento das multas que ultrapassem 30% da remuneração mensal do agente público.
- E <<J1307358A2_\&2172_E_\Q041A2>> Compete aos efetivos ocupantes dos cargos de consultor técnico e de consultor jurídico do TCE emitir pronunciamento conclusivo sobre matéria que seja submetida à sua apreciação pela comissão técnica ou de inquérito, respectivamente.

QUESTÃO 42

Relativamente ao controle na administração pública brasileira, assinale a opção correta.

<<J1307359_\&2172_P220001A07I4&2172_\Qt42>>

- A <<J1307359A4_\&2172_E_\Q042A4>> O TCU, em regra, tem jurisdição de contas (*jus dicere*), ou seja, tem competência para aplicar o direito no caso concreto, de modo definitivo, com força de coisa julgada, em especial quando, na condição de órgão auxiliar do Congresso Nacional, emite parecer prévio sobre as contas do presidente da República.

- B** <<J1307359A5_\&2172_C_\Q042A5>>No Brasil, a relação de *accountability* entre o Congresso Nacional, o administrador público e o auditor de tribunal de contas pode ser assim contextualizada: as leis propiciam condições ao administrador público para aplicar de forma eficiente e eficaz os recursos para suprir a necessidade da população, enquanto ao auditor cabe verificar a regularidade e a economicidade da aplicação desses recursos e reportar ao parlamento o resultado dos exames realizados.
- C** <<J1307359A1_\&2172_E_\Q042A1>>O TCU é competente para realizar exame prévio da validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público.
- D** <<J1307359A2_\&2172_E_\Q042A2>>Toda a administração pública se sujeita ao julgamento do tribunal de contas competente, cuja competência alcança todos os poderes e órgãos e todas as entidades da administração indireta; entretanto, conforme o entendimento do STF, excetuam-se de tal alcance as contas relativas à gestão administrativo-orçamentária das casas legislativas.
- E** <<J1307359A3_\&2172_E_\Q042A3>>O auditor lotado nos TCEs e nos TCMs, devidamente nominado pela CF como conselheiro substituto, equipara-se, quando exigido, ao juiz corregedor-geral do próprio tribunal ou ao desembargador do TJ e, nas demais funções, a juiz de entrância superior ou de entrância especial.

QUESTÃO 43

Com referência às funções dos tribunais de contas, bem como à natureza jurídica e à eficácia das suas decisões, assinale a opção correta.

- <<J1307360_\&2172_P220001A07I5&2172_\Qt43>>
- A** <<J1307360A3_\&2172_C_\Q043A3>>As ações de um tribunal de contas relativas às diligências para confirmar o real benefício socioeconômico das renúncias de receitas integram a função conhecida como investigatória, ou de fiscalização financeira, ou, ainda, simplesmente, fiscalizadora.
- B** <<J1307360A4_\&2172_E_\Q043A4>>O MP não tem legitimidade para propor ação de execução de título extrajudicial oriundo de TCE, pois a recuperação dos valores inquinados como débitos e multas pecuniárias só pode ser efetivada pelo próprio TCE ou pela AGU.
- C** <<J1307360A5_\&2172_E_\Q043A5>>Como relator, compete ao conselheiro determinar, em caráter de urgência, que as medidas liminares acautelatórias sejam submetidas a referendo do órgão colegiado mediante a inclusão em pauta na sessão subsequente à decisão exarada.
- D** <<J1307360A1_\&2172_E_\Q043A1>>Os tribunais de contas, como corporações administrativas autônomas que assistem ao parlamento e ao governo, não têm subordinação a nenhum poder, ou seja, não são órgãos do Poder Legislativo. Contudo, admite-se uma única exceção: suas decisões podem ser reformadas pelo Conselho Nacional de Justiça, já que o STF não tem competência para regular matéria relacionada às referidas cortes de contas.
- E** <<J1307360A2_\&2172_E_\Q043A2>>Conforme determina a CF, no particular, as decisões do TCU que impliquem reconhecimento de débito ou imputação de multa terão eficácia de título executivo. No entanto, com prejuízo do princípio da

simetria, decisões de igual teor originárias dos TCEs e dos TCMs não têm tal eficácia, já que as leis estaduais são silentes em qualificar a eficácia das decisões prolatadas por esses tribunais.

QUESTÃO 44

Nos termos da LO–TCE/PR e do RI–TCE/PR, determinantes na convalidação dos atos administrativos praticados por esse tribunal, assinale a opção correta.

<<J1307361_\&2172_P220001A07I6&2172_\Qt44>>

- A** <<J1307361A4_\&2172_E_\Q044A4>>Em caso de omissão do governador ou da Assembleia Legislativa, o TCE/PR, poderá, mediante voto da maioria absoluta dos conselheiros, solicitar a intervenção em município.
- B** <<J1307361A5_\&2172_C_\Q044A5>>O TCE/PR poderá representar ao poder competente contra secretário de Estado que cometer irregularidades ou abusos no exercício de seu poder.
- C** <<J1307361A1_\&2172_E_\Q044A1>>Os processos adiados ou com pedido de vista serão levados para julgamento do órgão colegiado competente.
- D** <<J1307361A2_\&2172_E_\Q044A2>>Nos processos de iniciativa do tribunal, a maior parte das citações e intimações é feita por meio eletrônico, via postal ou por oficial de intimação. Contudo, quando desconhecido o paradeiro do interessado, elas são feitas por edital publicado no periódico Atos Oficiais do Tribunal de Contas.
- E** <<J1307361A3_\&2172_E_\Q044A3>>Até a sessão seguinte, o relator deverá redigir e apresentar os acórdãos com as decisões do órgão colegiado de que participar, exigindo-se, para a completeza do rito administrativo, a assinatura de todos os membros do colegiado na ata da sessão que apreciar os argumentos da relatoria, e a assinatura do presidente do tribunal, juntamente com a do relator, nos acórdãos apresentados.

QUESTÃO 45

Uma economia hipotética é caracterizada pelas seguintes equações, em milhares de unidades monetárias: $C = 500 + 0,75Y_d$ / $I = 90 + 0,15Y$ / $G = 1.450$ / $X = 150$ / $M = 45 + 0,05Y$ / $T = 60 + 0,2Y$, em que C = consumo das famílias / Y_d = renda disponível / I = investimento / Y = produto / G = gastos do governo / T = tributação / X = exportação de bens e serviços não fatores / M = importação de bens e serviços não fatores.

Considerando essa economia, em um modelo keynesiano simples, assinale a opção correta.

<<J1307340_\&2660_P220001A08I1&2660_\Qt45>>

- A** <<J1307340A2_\&2660_E_\Q045A2>>A renda disponível é superior a 5.660.
- B** <<J1307340A3_\&2660_E_\Q045A3>>O investimento é inferior a 1.100.
- C** <<J1307340A4_\&2660_E_\Q045A4>>O saldo da conta corrente estimado é de déficit e igual a 110.

- Ⓓ <<J1307340A5_\&2660_C\Q045A5>>O saldo da conta corrente estimado é de superávit e igual a 10.
- Ⓔ <<J1307340A1_\&2660_E\Q045A1>>A renda de equilíbrio é superior a 7.300.

QUESTÃO 46

Acerca do balanço de pagamentos, assinale a opção correta.

<<J1307341_\&2660_P220001A08I2&2660\Qt46>>

- Ⓐ <<J1307341A5_\&2660_C\Q046A5>>O saldo em transações correntes é o resultado da soma da balança comercial com a balança de serviços e rendas e com transferências unilaterais correntes.
- Ⓑ <<J1307341A1_\&2660_E\Q046A1>>Se o saldo da balança de pagamentos de determinado país for positivo, haverá redução das reservas internacionais desse país.
- Ⓒ <<J1307341A2_\&2660_E\Q046A2>>Déficit na balança de serviços implica, necessariamente, déficit em transações correntes.
- Ⓓ <<J1307341A3_\&2660_E\Q046A3>>Os lucros reinvestidos por residentes no exterior na economia doméstica são computados na conta de capital.
- Ⓔ <<J1307341A4_\&2660_E\Q046A4>>Se o saldo das transações correntes for positivo, então a poupança do resto do mundo será também positiva.

QUESTÃO 47

Considerando-se a aplicação do modelo IS–LM, assinale a opção correta acerca do efeito do uso combinado ou isolado das políticas monetária e fiscal sobre a taxa de juros.

<<J1307342_\&2660_P220001A08I3&2660\Qt47>>

- Ⓐ <<J1307342A4_\&2660_C\Q047A4>>Uma política de contração fiscal combinada com expansão monetária implica redução da taxa de juros.
- Ⓑ <<J1307342A5_\&2660_E\Q047A5>>Uma política de contração monetária isolada implica redução da taxa de juros.
- Ⓒ <<J1307342A1_\&2660_E\Q047A1>>O aumento de impostos isolado implicará aumento da taxa de juros.
- Ⓓ <<J1307342A2_\&2660_E\Q047A2>>A diminuição de gastos do governo isoladamente favorecerá o aumento da taxa de juros.
- Ⓔ <<J1307342A3_\&2660_E\Q047A3>>A política de expansão monetária combinada com aumento de impostos leva a um aumento da taxa de juros.

QUESTÃO 48

Determinado produto, ao ser ofertado por um monopolista, obedece à seguinte função de demanda: $P = 6.100 - 26q$, em milhares de unidades monetárias, em que P é o preço unitário de venda e q é a quantidade produzida. O custo total (CT) de

produção de q unidades desse produto é expresso por $CT = 45.000 + 100q + 4q^2$.

Nesse caso, o preço que maximiza o lucro do monopolista, em milhares de unidades monetárias, é igual a

<<J1307343_\&2660_P220001A08I4&2660\Qt48>>

- Ⓐ <<J1307343A3_\&2660_E\Q048A3>>9.500.
- Ⓑ <<J1307343A4_\&2660_C\Q048A4>>3.500.
- Ⓒ <<J1307343A5_\&2660_E\Q048A5>>2.550.
- Ⓓ <<J1307343A1_\&2660_E\Q048A1>>100.
- Ⓔ <<J1307343A2_\&2660_E\Q048A2>>350.

QUESTÃO 49

A respeito de bens públicos, assinale a opção correta.

<<J1307344_\&2660_P220001A08I5&2660\Qt49>>

- Ⓐ <<J1307344A4_\&2660_E\Q049A4>>O consumo de bens públicos pode ser excluído de determinados indivíduos ou segmentos da população.
- Ⓑ <<J1307344A5_\&2660_E\Q049A5>>Os bens públicos são usados ou consumidos por todos, a custo social zero.
- Ⓒ <<J1307344A1_\&2660_E\Q049A1>>São sempre produzidos pelo Estado.
- Ⓓ <<J1307344A2_\&2660_C\Q049A2>>O aumento do consumo de bens públicos não afeta os custos de produção.
- Ⓔ <<J1307344A3_\&2660_E\Q049A3>>Os bens públicos são rivais e sua provisão pelo Estado gera externalidades positivas.

QUESTÃO 50

Assimetria de informação é um tipo de falha de mercado relacionada ao não fornecimento ou conhecimento de informações para que os consumidores decidam de modo racional. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

<<J1307345_\&2660_P220001A08I6&2660\Qt50>>

- Ⓐ <<J1307345A3_\&2660_C\Q050A3>>O cidadão que opta por adquirir um veículo usado em uma agência credenciada por determinada marca, a preço maior do que se comprasse diretamente de particular, tem o objetivo de se proteger da seleção adversa.
- Ⓑ <<J1307345A4_\&2660_E\Q050A4>>O pagamento de gratificação de atividade a todos os servidores de determinado órgão público, independentemente do desempenho alcançado, contribui para gerar tranquilidade e motivação no ambiente de trabalho.
- Ⓒ <<J1307345A5_\&2660_E\Q050A5>>A presença de assimetria de informação impõe custos, mas não provoca desvios de eficiência em comparação com mercados competitivos.
- Ⓓ <<J1307345A1_\&2660_E\Q050A1>>Um exemplo clássico de risco moral (*moral hazard*) consiste na realização, por uma empresa de plano de saúde, de inspeção médica no ingresso de novos beneficiários do plano, para detectar se eles apresentam doenças preexistentes.
- Ⓔ <<J1307345A2_\&2660_E\Q050A2>>Se as companhias seguradoras de veículos retirassem a franquia de seus produtos, mais consumidores poderiam comprar o seguro e

consequentemente a seguradora poderia reduzir o preço dos seguros.

QUESTÃO 51

À luz da Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

<<J1307347_\&3047_P220001A09I1&3047_Qt51>>

- A** <<J1307347A5_\&3047_E_Q051A5>>Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se, no mês do vencimento, não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, e referido mês terminar em dia útil, ter-se-á como termo final do prazo o primeiro dia útil do mês seguinte.
- B** <<J1307347A1_\&3047_E_Q051A1>>A revisão do processo administrativo que resultar em aplicação de sanção dependerá da manifestação do apenado.
- C** <<J1307347A2_\&3047_E_Q051A2>>Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial do interessado, incluindo-se na contagem o dia da notificação.
- D** <<J1307347A3_\&3047_E_Q051A3>>Para efeito de prioridade na tramitação dos procedimentos administrativos, são consideradas idosas as pessoas com mais de sessenta e cinco anos de idade.
- E** <<J1307347A4_\&3047_C_Q051A4>>O recurso administrativo deve ser dirigido à autoridade que proferir a decisão recorrida; se não reconsiderar a decisão, tal autoridade terá de encaminhar o recurso à autoridade que lhe for superior.

QUESTÃO 52

Na organização administrativa do poder público, as autarquias públicas são

<<J1307348_\&3047_P220001A09I2&3047_Qt52>>

- A** <<J1307348A2_\&3047_C_Q052A2>>entidades da administração indireta com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios.
- B** <<J1307348A3_\&3047_E_Q052A3>>sociedades de economia mista criadas por lei para a exploração de atividade econômica.

- C** <<J1307348A4_\&3047_E_Q052A4>>organizações da sociedade civil constituídas com fins filantrópicos e sociais.
- D** <<J1307348A5_\&3047_E_Q052A5>>órgãos da administração direta e estão vinculadas a algum ministério.
- E** <<J1307348A1_\&3047_E_Q052A1>>organizações sociais sem fins lucrativos com atividades dirigidas ao ensino e à pesquisa científica.

QUESTÃO 53

O artigo 71 da Lei de Licitações assim dispõe:

Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1.º A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis. (redação dada pela Lei n.º 9.032/1995)

No julgamento da ADC n.º 16, o STF enfrentou a questão da constitucionalidade do § 1.º do art. 71 acima transcrito e, após analisar se a administração pública poderia ser responsabilizada pelos encargos trabalhistas devidos por empresas que prestem serviço ao poder público, assentou o entendimento de que o dispositivo objeto do referido parágrafo é

<<J1307349_\&3047_P220001A09I3&3047_Qt53>>

- A** <<J1307349A3_\&3047_E_Q053A3>>parcialmente inconstitucional, devendo ser interpretado à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- B** <<J1307349A4_\&3047_E_Q053A4>>constitucional, porém a norma somente se aplica aos casos em que a empresa contratada for controlada por uma pessoa jurídica de direito público.
- C** <<J1307349A5_\&3047_C_Q053A5>>constitucional, pois não pode ser automaticamente transferida para a administração pública a responsabilidade pela inadimplência negocial da empresa contratada.
- D** <<J1307349A1_\&3047_E_Q053A1>>inconstitucional, por ferir o princípio da supremacia do interesse público.
- E** <<J1307349A2_\&3047_E_Q053A2>>inconstitucional, pois a administração deve responder pelo risco administrativo.

QUESTÃO 54

A Secretaria da Educação do Estado do Paraná planeja contratar uma obra de grande porte para a construção de três novos colégios estaduais. Tal obra não integra o Programa de Aceleração do Crescimento, e o diretor de Engenharia, Projetos e Orçamentos da referida secretaria pretende que ela seja executada indiretamente, razão por que indagou ao órgão de controle se é possível executá-la no regime de empreitada.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei Estadual n.º 15.608/2007, a obra

<<J1307350_&3047_P220001A09I4&3047_Qt54>>

- A <<J1307350A2_&3047_E_Q054A2>> pode ser feita sob os regimes de empreitada integral ou de empreitada por administração contratada.
- B <<J1307350A3_&3047_E_Q054A3>> pode ser executada apenas no regime de execução por tarefa, sendo vedada a contratação sem fornecimento de materiais.
- C <<J1307350A4_&3047_E_Q054A4>> não pode ser feita sob o regime de empreitada, pois a lei estadual em questão não é aplicável aos órgãos estaduais integrantes da administração direta.
- D <<J1307350A5_&3047_E_Q054A5>> não pode ser executada pelo regime de empreitada, pois a lei estadual em apreço veda a contratação pelo regime de execução indireta em caso de obras relacionadas aos setores de educação e saúde.
- E <<J1307350A1_&3047_C_Q054A1>> pode ser executada nos regimes de empreitada por preço global, empreitada por preço unitário ou empreitada integral.

QUESTÃO 55

De acordo com o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, assinale a opção correta relativamente à participação dessas empresas em licitações e contratações com o poder público.

<<J1307351_&3047_P220001A09I5&3047_Qt55>>

- A <<J1307351A5_&3047_E_Q055A5>> **Situação hipotética:** em uma licitação na modalidade pregão, o melhor lance, no valor de X, foi dado pela empresa de grande porte Alfa, e o segundo melhor lance, no valor de X + 10%, foi dado pela microempresa Beta. **Assertiva:** Nessa situação, para o fim de escolha da empresa vencedora, o estatuto em apreço considera ter havido empate e estabelece que haja sorteio para a definição da empresa à qual deverá ser adjudicado o objeto da licitação.
- B <<J1307351A1_&3047_E_Q055A1>> Caso haja empate entre uma microempresa e uma empresa de pequeno porte, a microempresa terá prioridade na contratação.
- C <<J1307351A2_&3047_E_Q055A2>> A comprovação de regularidade fiscal da empresa somente será exigida no momento da apresentação dos lances.
- D <<J1307351A3_&3047_E_Q055A3>> Nos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, a administração não poderá exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- E <<J1307351A4_&3047_C_Q055A4>> É possível a realização de licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando o objeto da contratação for de até oitenta mil reais.

QUESTÃO 56

Um funcionário da prefeitura de determinado município, encarregado de supervisionar as obras de reforma de um posto de saúde municipal, determinou que os empregados que trabalhavam na obra construíssem uma piscina em um sítio de sua propriedade. Na construção dessa piscina, foram utilizadas máquinas, veículos e equipamentos da prefeitura, os quais, todavia, foram devolvidos sem qualquer tipo de dano. O caso foi objeto de apuração pelo TCE. Encerrada a tomada de contas, o tribunal concluiu pela inexistência de provas de dano aos cofres públicos, mas apontou

haver provas de que o fato teria gerado um acréscimo patrimonial indevido em proveito do servidor.

Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, no caso hipotético narrado, considerando haver provas suficientes para a caracterização da prática de ato de improbidade, a conduta do servidor seria passível de aplicação da(s) penalidade(s) de

<<J1307352_&3047_P220001A09I6&3047_Qt56>>

- A <<J1307352A2_&3047_E_Q056A2>> multa civil no valor de até dez salários mínimos.
- B <<J1307352A3_&3047_E_Q056A3>> perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; suspensão do exercício da função pública por até seis meses; e pagamento de multa civil de até cem vezes a remuneração do servidor.
- C <<J1307352A4_&3047_E_Q056A4>> perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; suspensão do exercício da função pública pelo prazo de até oito anos; pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do acréscimo patrimonial; e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de cinco anos.
- D <<J1307352A5_&3047_C_Q056A5>> perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos; pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial; e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de dez anos.
- E <<J1307352A1_&3047_E_Q056A1>> advertência apenas, uma vez que não houve dano.

QUESTÃO 57

Acerca dos institutos da concessão, permissão e autorização para a prestação de serviços públicos, assinale a opção correta.

<<J1307353_&3047_P220001A09I7&3047_Qt57>>

- A <<J1307353A4_&3047_C_Q057A4>> A permissão de serviço público pode ser revogada por ato unilateral do poder concedente.
- B <<J1307353A5_&3047_E_Q057A5>> A permissão para a prestação de serviço público não depende da realização de licitação.
- C <<J1307353A1_&3047_E_Q057A1>> A exploração de serviço público mediante autorização somente poderá ser admitida se for precedida da construção, total ou parcial, de obras de interesse público.
- D <<J1307353A2_&3047_E_Q057A2>> A concessão de serviço público é uma espécie de delegação, a título precário, da prestação de serviços públicos.
- E <<J1307353A3_&3047_E_Q057A3>> A concessão de serviço público deve dar-se mediante licitação, a qual pode ser feita nas modalidades de concorrência, leilão ou concurso.

QUESTÃO 58

Sabendo que os tribunais de contas podem aplicar sanções, assinar prazo para que o poder público adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sustar a execução de atos administrativos e apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, assinale a opção correta à luz do entendimento

majoritário do STF a respeito da observância do direito ao contraditório e à ampla defesa nos casos em que o tribunal de contas realiza esse controle externo.

<<J1307354_\&3047_P220001A09I8&3047_\Qt58>>

- A** <<J1307354A3_\&3047_C_\Q058A3>>Asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- B** <<J1307354A4_\&3047_E_\Q058A4>>Asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo, inclusive nos casos de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- C** <<J1307354A5_\&3047_E_\Q058A5>>A observância do direito ao contraditório e à ampla defesa não é obrigatória nos casos de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão e de anulação ou revogação do ato administrativo que beneficiar o interessado, mas será indispensável quando da decisão puder resultar sanção ao interessado.
- D** <<J1307354A1_\&3047_E_\Q058A1>>Excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, assegura-se o direito ao contraditório e à ampla defesa apenas quando da decisão puder resultar sanção ao interessado, não sendo esse direito assegurado nos casos de simples anulação ou revogação de ato administrativo, ainda que essa medida beneficie o administrado.
- E** <<J1307354A2_\&3047_E_\Q058A2>>Nos casos de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, assegura-se o direito ao contraditório e à ampla defesa, o qual será facultativo nos casos de simples anulação ou revogação de ato administrativo concessório de benefício.

QUESTÃO 59

A respeito do sistema de registro de preços, previsto no art. 15 da Lei n.º 8.666/1993 e regulamentado pelo Decreto n.º 7.892/2013, assinale a opção correta.

<<J1307355_\&3047_P220001A09I9&3047_\Qt59>>

- A** <<J1307355A2_\&3047_E_\Q059A2>>Quando o edital previr o fornecimento de bens ou a prestação de serviços em locais diferentes, será obrigatória a exigência de apresentação de proposta diferenciada por município.
- B** <<J1307355A3_\&3047_C_\Q059A3>>Cabe ao órgão gerenciador aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

- C** <<J1307355A4_\&3047_E_\Q059A4>>O edital deve indicar a estimativa de quantidades a serem adquiridas e a dotação orçamentária dos órgãos participantes.
- D** <<J1307355A5_\&3047_E_\Q059A5>>Cabe exclusivamente ao órgão participante conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.
- E** <<J1307355A1_\&3047_E_\Q059A1>>Sistema de registro de preços é o conjunto de procedimentos para o registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens de contratações já realizadas.

QUESTÃO 60

Em relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a opção correta.

<<F1501289_\&3057_P220001A10I1&3057_\Qt60>>

- A** <<F1501289A4_\&3057_E_\Q060A4>>Em regra, aceita-se o fenômeno da repristinação no ordenamento jurídico brasileiro.
- B** <<F1501289A5_\&3057_E_\Q060A5>>Celebrado contrato no período de vigência de determinada lei, qualquer dos contratantes poderá invocar a aplicação de lei posterior que lhes for mais benéfica.
- C** <<F1501289A1_\&3057_E_\Q060A1>>Não se admite no ordenamento jurídico pátrio a chamada integração normativa, ainda que para preencher eventuais lacunas do ordenamento.
- D** <<F1501289A2_\&3057_E_\Q060A2>>Publicada lei para corrigir texto de lei publicado com incorreção, não haverá novo prazo de *vacatio legis*, se a publicação ocorrer antes da data em que a lei corrigida entraria em vigor.
- E** <<F1501289A3_\&3057_C_\Q060A3>>A autoridade judiciária brasileira tem competência exclusiva para o conhecimento de ações que discutam a validade de hipoteca que recai sobre bens imóveis situados no Brasil, ainda que as partes residam em país estrangeiro.

QUESTÃO 61

No que diz respeito aos negócios jurídicos e suas invalidades, assinale a opção correta.

<<F1501290_\&3057_P220001A10I2&3057_\Qt61>>

- A** <<F1501290A2_\&3057_E_Q061A2>>A reserva mental de não querer o que manifestou torna anulável o negócio jurídico firmado, ainda que seja de conhecimento do destinatário.
- B** <<F1501290A3_\&3057_C_Q061A3>>Tratando-se de negócio jurídico anulável, dispensa-se a confirmação expressa das partes se o devedor tiver cumprido parte de sua obrigação ciente do vício.
- C** <<F1501290A4_\&3057_E_Q061A4>>Ainda que estabelecida a denominada cláusula de não valer sem instrumento público, se o bem for móvel, a transferência poderá ser realizada por cessão de direitos particular.
- D** <<F1501290A5_\&3057_E_Q061A5>>O motivo ilícito de uma das partes torna o negócio jurídico nulo se for determinante para sua realização.
- E** <<F1501290A1_\&3057_E_Q061A1>>Sendo o objeto do direito indivisível, a incapacidade relativa de uma das partes não aproveita aos cointeressados capazes.

QUESTÃO 62

Assinale a opção correta relativa à responsabilidade civil.

<<F1501291_\&3057_P220001A10I3&3057_Qt62>>

- A** <<F1501291A5_\&3057_E_Q062A5>>A indenização é mensurada pela extensão do dano, de modo que aquele que sofrer dano deverá ser indenizado pela integralidade do prejuízo, não se admitindo qualquer redução.
- B** <<F1501291A1_\&3057_C_Q062A1>>Admitida a responsabilidade civil do incapaz que tiver causado prejuízos a terceiros, a indenização deverá ser fixada de forma equitativa.
- C** <<F1501291A2_\&3057_E_Q062A2>>Não tendo culpa em relação ao fato ocorrido, o pai não é responsável pela reparação civil dos danos causados por filhos menores de idade que estejam sob sua guarda.
- D** <<F1501291A3_\&3057_E_Q062A3>>A responsabilidade civil será objetiva sempre que a lei não dispuser ser ela subjetiva.

- E** <<F1501291A4_\&3057_E_Q062A4>>Sempre que o empregado, no exercício de suas funções, causar prejuízos a terceiros, o empregador será responsável pela reparação civil.

QUESTÃO 63

No que se refere a empresas e sociedades comerciais, assinale a opção correta.

<<F1501292_\&3057_P220001A10I4&3057_Qt63>>

- A** <<F1501292A3_\&3057_E_Q063A3>>Atos *ultra vires* do administrador de sociedade simples não poderão ser opostos a terceiros.
- B** <<F1501292A4_\&3057_C_Q063A4>>O sócio incapaz legalmente admitido não poderá exercer a administração da sociedade.
- C** <<F1501292A5_\&3057_E_Q063A5>>Não é admitida a designação de administrador não sócio nas sociedades limitadas.
- D** <<F1501292A1_\&3057_E_Q063A1>>A alienação de imóveis pertencentes a sociedade comercial depende da outorga do cônjuge do empresário casado sob o regime da comunhão universal de bens.
- E** <<F1501292A2_\&3057_E_Q063A2>>A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada não poderá ser admitida como sócia de nenhuma outra sociedade comercial.

QUESTÃO 64

A respeito dos contratos em geral e suas espécies, assinale a opção correta.

<<F1501293_\&3057_P220001A10I5&3057_Qt64>>

- A** <<F1501293A2_\&3057_C_Q064A2>>Em se tratando de venda *ad mensuram* de imóveis, há presunção relativa de tolerância de variação de até 5% na extensão do imóvel.
- B** <<F1501293A3_\&3057_E_Q064A3>>O defeito oculto de uma coisa autoriza a rejeição de todas as outras vendidas em conjunto com ela, dado o princípio da função social do contrato.

- Ⓒ <<F1501293A4_\&3057_E_Q064A4>>É anulável a permuta de bens de valores desiguais entre ascendentes e descendentes sem o consentimento dos demais descendentes, ainda que o ascendente receba o bem de maior valor.
- Ⓓ <<F1501293A5_\&3057_E_Q064A5>>É ilícita a compra e venda, entre cônjuges, de imóvel que pertença exclusivamente a um deles.
- Ⓔ <<F1501293A1_\&3057_E_Q064A1>>O condômino de condomínio *pro diviso* não poderá vender a sua parte a estranho se outro condômino a quiser em igualdade de condições.

QUESTÃO 65

A respeito da competência, assinale a opção correta.

<<F1501295_\&0964_P220001A1111&0964_Qt65>>

- Ⓐ <<F1501295A3_\&0964_C_Q065A3>>Declarada a incompetência, poderá ser conservado o efeito de decisão proferida por juiz absolutamente incompetente.
- Ⓑ <<F1501295A4_\&0964_E_Q065A4>>Tendo o réu domicílio certo, a propositura de execução fiscal no foro da sua residência enseja a extinção do processo caso não seja emendada a inicial.
- Ⓒ <<F1501295A5_\&0964_E_Q065A5>>Sendo demandado estado da Federação, a ação deverá ser proposta pelo réu, obrigatoriamente, no foro onde tiver ocorrido o ato que deu origem à demanda.
- Ⓓ <<F1501295A1_\&0964_E_Q065A1>>Por ser matéria de ordem pública, sendo abusiva a cláusula de eleição de foro, a ineficácia pode ser alegada a qualquer momento antes da sentença.
- Ⓔ <<F1501295A2_\&0964_E_Q065A2>>A atuação do MP como *custos legis* impede a arguição de incompetência relativa do juízo.

QUESTÃO 66

Com relação à tutela provisória, assinale a opção correta.

<<F1501296_\&0964_P220001A1112&0964_Qt66>>

- Ⓐ <<F1501296A2_\&0964_E_Q066A2>>Requerida após o protocolo da petição inicial, embora processada nos mesmos autos do pedido principal, a tutela provisória dependerá do pagamento de custas.
- Ⓑ <<F1501296A3_\&0964_E_Q066A3>>Diferentemente do que ocorre com a medida cautelar, as regras de competência para a concessão antecipada da tutela provisória são mitigadas.
- Ⓒ <<F1501296A4_\&0964_E_Q066A4>>Preenchidos os requisitos de probabilidade do direito alegado e comprovado o perigo na demora da prestação jurisdicional, é vedado ao juiz exigir caução para a concessão.
- Ⓓ <<F1501296A5_\&0964_E_Q066A5>>Por ser a tutela provisória regra de exceção revestida de provisoriedade, os meios de sua concretização são elencados taxativamente no CPC.
- Ⓔ <<F1501296A1_\&0964_C_Q066A1>>Poderá o juiz suspender a eficácia da tutela provisória concedida durante período de suspensão do processo.

QUESTÃO 67

A respeito dos atos processuais, assinale a opção correta.

<<F1501297_\&0964_P220001A1113&0964_Qt67>>

- Ⓐ <<F1501297A3_\&0964_E_Q067A3>>Se, para não haver perecimento de direito, a citação do réu tiver de ocorrer em um domingo, a prática do ato deverá ser autorizada pelo juiz competente.
- Ⓑ <<F1501297A4_\&0964_E_Q067A4>>Caso a parte vencida interponha apelação antes de publicada a sentença, o recurso não será conhecido por intempestivo.
- Ⓒ <<F1501297A5_\&0964_C_Q067A5>>Versando a causa sobre contrato de compra e venda, é possível que as partes estipulem mudanças no procedimento, inclusive quanto aos prazos processuais.
- Ⓓ <<F1501297A1_\&0964_E_Q067A1>>Ainda que tenha tramitado por via diplomática, o contrato, redigido em língua estrangeira, que servir de prova do direito alegado somente

poderá ser juntado aos autos se estiver traduzido para o português e assinado por tradutor juramentado.

- Ⓔ <<F1501297A2_\&0964_E_Q067A2>> À exceção das causas que tramitem em segredo de justiça, como é o caso de ações de separação e divórcio, os atos processuais podem ser digitais.

QUESTÃO 68

Carlos ajuizou ação contra Pedro, visando a reparação material por danos causados ao seu veículo. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

<<F1501298_\&0964_P220001A11I4&0964_Qt68>>

- Ⓐ <<F1501298A4_\&0964_C_Q068A4>> Se for verificado que Carlos ajuizou a ação após ter decorrido o prazo prescricional, a improcedência liminar do pedido será medida conferida ao juiz.
- Ⓑ <<F1501298A5_\&0964_E_Q068A5>> A concessão do benefício de gratuidade de justiça a Carlos poderá ser impugnada por Pedro por meio de exceção, que deverá correr em autos apartados.
- Ⓒ <<F1501298A1_\&0964_E_Q068A1>> A ausência de indicação, na petição inicial, da profissão e do estado civil de Pedro até o prazo concedido acarretará prejuízos à citação.
- Ⓓ <<F1501298A2_\&0964_E_Q068A2>> Caso Carlos não apresente requerimento para a citação de Pedro, deverá ser concedido prazo para emenda da inicial, visto que este não é ato que o juiz possa praticar de ofício.
- Ⓔ <<F1501298A3_\&0964_E_Q068A3>> Caso Pedro alegue, em contestação, que não foi o autor do dano e o juiz acolha sua alegação, o processo deverá ser extinto sem resolução de mérito.

QUESTÃO 69

A respeito das provas no processo civil, assinale a opção correta.

<<F1501299_\&0964_P220001A11I5&0964_Qt69>>

- Ⓐ <<F1501299A5_\&0964_E_Q069A5>> O prazo para o réu se manifestar sobre documento anexado na inicial não poderá ser prorrogado pelo juiz.

- Ⓑ <<F1501299A1_\&0964_E_Q069A1>> O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, mas deverá conferir-lhe o valor atribuído no CPC.

- Ⓒ <<F1501299A2_\&0964_E_Q069A2>> Ao terceiro que não seja parte no processo nem testemunha o juiz poderá requerer informações sobre fatos, mas não poderá adotar contra ele medidas coercitivas em caso de descumprimento da determinação.

- Ⓓ <<F1501299A3_\&0964_E_Q069A3>> Depois de requerida a produção antecipada de provas, se houver tempo hábil, o juiz poderá abrir prazo para a apresentação do contraditório.

- Ⓔ <<F1501299A4_\&0964_C_Q069A4>> A declaração sobre a falsidade de documento juntado como prova dos fatos poderá alcançar a autoridade da coisa julgada.

QUESTÃO 70

A respeito da coisa julgada e da sentença, assinale a opção correta.

<<F1501300_\&0964_P220001A11I6&0964_Qt70>>

- Ⓐ <<F1501300A2_\&0964_C_Q070A2>> Ainda que o autor formule pedido genérico relativo à obrigação de pagar quantia, a extensão do dano deverá ser fixada na sentença, com os consectários legais de juros e correção monetária.

- Ⓑ <<F1501300A3_\&0964_E_Q070A3>> Para que a decisão seja fundamentada é suficiente que o juiz invoque dispositivo legal ou súmula em seu julgado.

- Ⓒ <<F1501300A4_\&0964_E_Q070A4>> A remessa necessária guarda relação com a pessoa parte ré na ação, não importando o valor da condenação.

- Ⓓ <<F1501300A5_\&0964_E_Q070A5>> Os efeitos da coisa julgada material serão inaplicáveis em caso de decisão que resolva questão prejudicial.

- Ⓔ <<F1501300A1_\&0964_E_Q070A1>> Se, após o réu apresentar a contestação, o autor, imotivadamente, deixar o processo sem movimento por mais de um ano, o juiz deverá extinguir o processo sem resolução de mérito.

QUESTÃO 71

Maria impetrou mandado de segurança contra ato de demissão praticado pelo governador do estado, alegando vício no processo administrativo disciplinar.

Nessa situação hipotética,

<<F1501302_\&0964_P220001A11I8&0964_Qt71>>

- A <<F1501302A5_\&0964_E_Q071A5>> caso seja proferida sentença denegando a segurança, ficará a impetrante impedida de ajuizar ação com mesmo objeto.
- B <<F1501302A1_\&0964_E_Q071A1>> será vedada a concessão de liminar para suspensão do ato antes de ouvido o governador, por se tratar de ato demissionário.
- C <<F1501302A2_\&0964_E_Q071A2>> caso seja proferida a sentença, o recurso que vier a ser apresentado pela autoridade coatora será inadmitido liminarmente por ilegitimidade do governador.
- D <<F1501302A3_\&0964_C_Q071A3>> se proferida sentença que conceda a segurança, o não cumprimento das decisões constituirá crime de desobediência, ainda que interposto recurso de apelação.
- E <<F1501302A4_\&0964_E_Q071A4>> se passados mais de cento e vinte dias da prática do ato de demissão, o juiz deverá indeferir a liminar pela configuração de decadência.

QUESTÃO 72

A respeito de ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa, assinale a opção correta de acordo com entendimento do STJ.

<<F1501303_\&0964_P220001A11I9&0964_Qt72>>

- A <<F1501303A3_\&0964_E_Q072A3>> Em ação ajuizada com o objetivo de anular ato administrativo e obter o ressarcimento do prejuízo, a inicial somente será recebida após notificação do demandado.
- B <<F1501303A4_\&0964_E_Q072A4>> Se a prova pericial for requerida pelo MP em ação civil pública por ele ajuizada, os honorários do perito deverão ser adiantados.
- C <<F1501303A5_\&0964_C_Q072A5>> A decretação da indisponibilidade de bens do demandado em caso de fortes indícios da prática de ato de improbidade administrativa dispensa o *periculum in mora*.

- D <<F1501303A1_\&0964_E_Q072A1>> O fato de uma ação de improbidade administrativa ser ajuizada com pedido idêntico ao de uma ação popular configura litispendência.
- E <<F1501303A2_\&0964_E_Q072A2>> A condição de eleitor configura condição de legitimidade ativa para a propositura da ação popular, devendo, para tanto, ser comprovado o domicílio eleitoral.

QUESTÃO 73

Acerca da interpretação e da aplicação das normas constitucionais, assinale a opção correta.

<<F1501354_\&0073_P220001A12I2&0073_Qt73>>

- A <<F1501354A2_\&0073_E_Q073A2>> Dado o princípio da interpretação adequada, o ato normativo impugnado declarado inconstitucional é sempre nulo.
- B <<F1501354A3_\&0073_E_Q073A3>> De acordo com a norma que rege o controle concentrado de constitucionalidade, uma vez declarada a inconstitucionalidade da norma, esta será nula *ab initio*, não sendo possível, por exemplo, decidir que ela só tenha eficácia a partir de outro momento.
- C <<F1501354A4_\&0073_E_Q073A4>> Em decorrência do princípio interpretativo da unidade da Constituição, existindo duas normas constitucionais incompatíveis entre si, deverá o intérprete escolher entre uma e outra, não sendo possível uma interpretação que as integre.
- D <<F1501354A5_\&0073_E_Q073A5>> Dado o princípio da máxima efetividade ou da eficiência, o intérprete deve coordenar a combinação dos bens jurídicos em conflito de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros.
- E <<F1501354A1_\&0073_C_Q073A1>> A norma constitucional que assegura o livre exercício de qualquer atividade, ofício ou profissão é exemplo de norma de eficácia contida.

QUESTÃO 74

Com base na CF e no entendimento do STF, assinale a opção correta quanto aos direitos e garantias fundamentais e aos partidos políticos.

<<F1501355_\&0073_P220001A12I3&0073_Qt74>>

- A <<F1501355A4_\&0073_E_Q074A4>> A legislação brasileira veda a extradição se, para o crime cometido pelo extraditando, a legislação do país requerente previr pena perpétua, ainda que tal país se comprometa a comutá-la em prisão de, no máximo, trinta anos.
- B <<F1501355A5_\&0073_E_Q074A5>> O TCU não tem competência para julgar as contas dos partidos políticos ou dos seus gestores, os quais estão submetidos ao controle da justiça eleitoral.

- C** <<F1501355A1_&0073_C_Q074A1>>A licitude da entrada forçada em domicílio, sem mandado judicial, depende de haver fundadas razões, que devem ser posteriormente informadas, de que ocorre situação de flagrante delito dentro da casa, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados.
- D** <<F1501355A2_&0073_E_Q074A2>>Os direitos, as vedações e a forma de investidura do MP junto aos tribunais de contas não estão previstos na CF, devendo ser objeto de lei complementar.
- E** <<F1501355A3_&0073_E_Q074A3>>Se o estatuto da associação prever, ainda que de forma genérica, que a ela caiba representar judicial e extrajudicialmente os seus associados em todas as ações judiciais, será desnecessária a autorização expressa dos associados nesse sentido em demanda específica.

QUESTÃO 75

Considerando o entendimento do STF a respeito da organização do Estado e da administração pública, assinale a opção correta.

<<F1501356_&0073_P220001A12I4&0073_Qt75>>

- A** <<F1501356A2_&0073_E_Q075A2>>As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e devidamente demarcadas são exemplos de bem dominial da União.
- B** <<F1501356A3_&0073_C_Q075A3>>O registro, o acompanhamento e a fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais, em seus respectivos territórios, são de competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios.
- C** <<F1501356A4_&0073_E_Q075A4>>Será constitucional lei estadual ou distrital que preveja a disponibilidade de servidor público detentor de cargo efetivo e com regime jurídico estatutário pelo prazo de um ano com recebimento de proventos integrais.
- D** <<F1501356A5_&0073_E_Q075A5>>Viola a CF a reestruturação convergente de carreiras análogas, por caracterizar provimento de cargo público sem concurso público, ao possibilitar que servidor aprovado em concurso de nível médio passe a integrar o sistema remuneratório do servidor aprovado em concurso para cargo de nível superior.
- E** <<F1501356A1_&0073_E_Q075A1>>Lei estadual que assegure o porte de arma de fogo para os auditores do TCE será constitucional, uma vez que compete aos estados-membros regulamentar o regime jurídico dos seus próprios servidores.

QUESTÃO 76

Considerando a jurisprudência do STF acerca da organização dos Poderes Executivo e Legislativo e da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, assinale a opção correta.

<<F1501357_&0073_P220001A12I5&0073_Qt76>>

- A** <<F1501357A5_&0073_E_Q076A5>>O presidente da República será julgado, pela prática de crimes comuns, no STF, devendo ser afastado de suas funções desde o recebimento da denúncia até o término do processo criminal.
- B** <<F1501357A1_&0073_C_Q076A1>>Violará a CF a previsão contida em Constituição estadual de que as contas dos presidentes das câmaras municipais sejam julgadas pelo Poder Legislativo municipal, com parecer prévio do respectivo tribunal de contas.
- C** <<F1501357A2_&0073_E_Q076A2>>O Poder Legislativo, assim como qualquer de suas comissões, pode convocar qualquer autoridade pública, inclusive do Poder Judiciário ou de tribunal de contas, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.
- D** <<F1501357A3_&0073_E_Q076A3>>Será constitucional lei estadual que discipline os crimes de responsabilidade dos conselheiros do respectivo tribunal de contas, bem como o procedimento de sua apuração e de seu julgamento.
- E** <<F1501357A4_&0073_E_Q076A4>>O TCU não tem competência para determinar a quebra de sigilo bancário, ainda que no âmbito de investigação que envolva aplicação de recursos públicos, por tratar-se de reserva de jurisdição do Poder Judiciário.

QUESTÃO 77

Caso o secretário-geral de administração do TCU receba delegação do presidente do TCU para editar determinado ato acerca do regime jurídico dos servidores desse tribunal, a competência para julgar mandado de segurança que venha a questionar a legalidade desse ato será do

<<F1501358_&0073_P220001A12I6&0073_Qt77>>

- A** <<F1501358A2_&0073_C_Q077A2>>juiz federal de primeira instância.
- B** <<F1501358A3_&0073_E_Q077A3>>STJ.
- C** <<F1501358A4_&0073_E_Q077A4>>TRF.
- D** <<F1501358A5_&0073_E_Q077A5>>TST.
- E** <<F1501358A1_&0073_E_Q077A1>>STF.

QUESTÃO 78

Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos tribunais de contas, assinale a opção correta.

<<F1501359_&0073_P220001A12I7&0073_Qt78>>

- A** <<F1501359A5_&0073_E_Q078A5>>Compete ao TCU fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União aos estados ou municípios, quando decorrentes da participação ou compensação no resultado da exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural.
- B** <<F1501359A1_&0073_E_Q078A1>>A Controladoria-Geral da União exerce, juntamente com o TCU, o controle externo do Poder Executivo.
- C** <<F1501359A2_&0073_E_Q078A2>>Compete ao TCU examinar, previamente, a validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público.
- D** <<F1501359A3_&0073_C_Q078A3>>Não violará a CF a previsão contida em Constituição estadual que confira

competência exclusiva à assembleia legislativa para fiscalizar as contas do respectivo tribunal de contas.

- Ⓔ <<F1501359A4_&0073_E_Q078A4>> Compete ao tribunal de contas fiscalizar a administração direta, autárquica ou fundacional, mas não as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

QUESTÃO 79

Acerca do controle de constitucionalidade das leis, assinale a opção correta conforme interpretação dada pelo STF.

<<F1501360_&0073_P220001A12I8&0073_Qt79>>

- Ⓐ <<F1501360A3_&0073_E_Q079A3>> O potencial cabimento de recurso extraordinário afasta o cabimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- Ⓑ <<F1501360A4_&0073_E_Q079A4>> Violará a cláusula de reserva de plenário o órgão fracionário de um tribunal que, ao analisar a aplicação de duas leis no caso concreto, decida pela aplicação de uma em detrimento da outra, não tendo sido declarada a inconstitucionalidade da não aplicada.
- Ⓒ <<F1501360A5_&0073_C_Q079A5>> Em caso de representação de inconstitucionalidade no tribunal de justiça local, em face de dispositivo da Constituição estadual de reprodução obrigatória, será possível a proposição de ADI no STF em face do mesmo dispositivo legal, quando então deverá ficar suspensa a representação em curso no TJ local até o julgamento da ADI pelo STF.
- Ⓓ <<F1501360A1_&0073_E_Q079A1>> A declaração de inconstitucionalidade pelo STF, em sede de controle concentrado, operará efeitos *erga omnes* e eficácia *ex tunc*, desconstituindo a eficácia da coisa julgada das sentenças que forem proferidas em desconformidade com esse entendimento.
- Ⓔ <<F1501360A2_&0073_E_Q079A2>> De acordo com o STF, não se admite o ingresso do *amicus curiae* no julgamento de recurso extraordinário, ainda que interposto em face de acórdão de tribunal local proferido em sede de controle normativo abstrato.

QUESTÃO 80

Acerca da ordem econômica e financeira e da Constituição do Estado do Paraná, assinale a opção correta conforme entendimento do STF.

<<F1501361_&0073_P220001A12I9&0073_Qt80>>

- Ⓐ <<F1501361A2_&0073_E_Q080A2>> Não se admite ação de usucapião de domínio útil de bem público proposta contra foreiro, haja vista os bens públicos não poderem ser adquiridos por usucapião.
- Ⓑ <<F1501361A3_&0073_C_Q080A3>> Será inconstitucional lei estadual que obrigue as concessionárias prestadoras de serviços de telefonia fixa a individualizar, na fatura de cobrança, diversas informações sobre o referido consumo, pois esses serviços envolvem telecomunicações, o que é de competência privativa da União.
- Ⓒ <<F1501361A4_&0073_E_Q080A4>> Estará de acordo com o princípio da livre concorrência lei municipal que, com o objetivo de regular a atividade econômica, impeça a instalação

de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

- Ⓓ <<F1501361A5_&0073_E_Q080A5>> Se o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná decidir de forma contrária ao erário, a eficácia dessa decisão dependerá de apreciação do TCE/PR.
- Ⓔ <<F1501361A1_&0073_E_Q080A1>> Caso uma propriedade rural que tenha sido desapropriada para fins de reforma agrária seja, posteriormente, doada a diversas famílias, deverá incidir imposto estadual sobre as doações no momento da transferência desses imóveis.

QUESTÃO 81

A respeito das fases do *iter criminis*, assinale a opção correta.

<<F1501310_&3051_P220001A13I1&3051_Qt81>>

- Ⓐ <<F1501310A4_&3051_E_Q081A4>> O crime de concussão é classificado pela doutrina como material, não bastando, portanto, para sua consumação, a mera exigência de vantagem indevida para si ou para outrem, direta ou indiretamente.
- Ⓑ <<F1501310A5_&3051_E_Q081A5>> Configura-se tentativa imperfeita ou crime falho se o agente esgota todos os atos executórios e, por circunstâncias alheias a sua vontade, o crime não se consuma.
- Ⓒ <<F1501310A1_&3051_C_Q081A1>> Dado o princípio da alteridade, a atitude meramente interna do agente não pode ser incriminada, razão pela qual não se pune a cogitação.
- Ⓓ <<F1501310A2_&3051_E_Q081A2>> No direito brasileiro, os atos preparatórios não são puníveis em nenhuma circunstância, nem mesmo como tipo penal autônomo.
- Ⓔ <<F1501310A3_&3051_E_Q081A3>> O crime de falsificação de documento público é crime material e, portanto, somente se consuma por ocasião do dano provocado pela aludida falsificação.

QUESTÃO 82

Assinale a opção correta acerca da tipificação de condutas e das sanções penais constantes da Lei n.º 4.898/1965 (abuso de autoridade).

<<F1501311_&3051_P220001A13I2&3051_Qt82>>

- Ⓐ <<F1501311A3_&3051_E_Q082A3>> As sanções penais previstas no citado diploma para os crimes de abuso de autoridade limitam-se a detenção, perda do cargo e inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de até três anos.

- Ⓔ <<F1501311A4_&3051_E_Q082A4>>As sanções e os tipos penais previstos na referida lei não se aplicam aos militares, que se sujeitam somente à legislação militar.
- Ⓕ <<F1501311A5_&3051_E_Q082A5>>Constitui abuso de autoridade previsto na lei mencionada qualquer atentado ao sigilo de dados telefônicos constitucionalmente garantido.
- Ⓖ <<F1501311A1_&3051_E_Q082A1>>As sanções penais previstas no citado diploma para os crimes de abuso de autoridade restringem-se a multa pecuniária e detenção.
- Ⓗ <<F1501311A2_&3051_C_Q082A2>>**Situação hipotética:** José, suspeito da prática de homicídio, foi conduzido — algemado e submetido a violência física — à delegacia de polícia pela autoridade policial, sem mandado judicial, para prestar depoimento a respeito de fatos em apuração naquela delegacia, tendo sido liberado somente setenta e duas horas depois. **Assertiva:** Essa situação, além de constituir conduta criminosa da autoridade policial, com pena cominada pela lei em apreço, configura expressão concreta do que a doutrina moderna denomina Sistema Penal Subterrâneo.

QUESTÃO 83

Assinale a opção correta à luz do Decreto-lei n.º 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores.

<<F1501312_&3051_P220001A13I3&3051_Qt83>>

- Ⓐ <<F1501312A2_&3051_E_Q083A2>>Os prefeitos não estão sujeitos aos tipos penais descritos no CP, visto que os crimes funcionais que a eles podem ser imputados estão descritos exclusivamente no decreto-lei em questão.
- Ⓑ <<F1501312A3_&3051_C_Q083A3>>O prefeito municipal, mesmo após a extinção do mandato, pode ser responsabilizado por crime previsto no mencionado decreto-lei, por ato praticado no exercício do referido cargo.
- Ⓒ <<F1501312A4_&3051_E_Q083A4>>O sujeito ativo dos crimes descritos no referido diploma é somente o prefeito, não sendo possível imputá-los ao vice-prefeito e ao presidente da câmara municipal por ato praticado no exercício, em substituição, do cargo de prefeito durante as ausências e afastamentos do titular desse cargo.
- Ⓓ <<F1501312A5_&3051_E_Q083A5>>Em relação aos tipos penais descritos no decreto-lei em apreço, não se admite coautoria ou participação, por serem tais tipos crimes próprios.
- Ⓔ <<F1501312A1_&3051_E_Q083A1>>O referido diploma não trata de crimes comuns (infrações penais), mas somente crimes de responsabilidade (infrações político-administrativas).

QUESTÃO 84

A respeito dos princípios aplicáveis ao direito penal, assinale a opção correta.

<<F1501313_&3051_P220001A13I4&3051_Qt84>>

- Ⓐ <<F1501313A3_&3051_E_Q084A3>>Do princípio da individualização da pena decorre a exigência de que a dosimetria obedeça ao perfil do sentenciado, não havendo correlação do referido princípio com a atividade legislativa incriminadora, isto é, com a feitura de normas penais incriminadoras.
- Ⓑ <<F1501313A4_&3051_C_Q084A4>>Conforme o entendimento doutrinário dominante relativamente ao princípio da intervenção mínima, o direito penal somente deve ser aplicado quando as demais esferas de controle não se revelarem eficazes para garantir a paz social. Decorrem de tal princípio a fragmentariedade e o caráter subsidiário do direito penal.
- Ⓒ <<F1501313A5_&3051_E_Q084A5>>Ao se referir ao princípio da lesividade ou ofensividade, a doutrina majoritária aponta que somente haverá infração penal se houver efetiva lesão ao bem jurídico tutelado.
- Ⓓ <<F1501313A1_&3051_E_Q084A1>>Em decorrência do princípio da confiança, há presunção de legitimidade e legalidade dos atos dos órgãos oficiais de persecução penal, razão pela qual a coletividade deve guardar confiança em relação a eles.
- Ⓔ <<F1501313A2_&3051_E_Q084A2>>Dado o princípio da intrascendência da pena, o condenado não pode permanecer mais tempo preso do que aquele estipulado pela sentença transitada em julgado.

QUESTÃO 85

Assinale a opção correta com relação aos crimes contra a fé pública.

<<F1501314_&3051_P220001A13I5&3051_Qt85>>

- Ⓐ <<F1501314A2_&3051_C_Q085A2>>O tipo penal que incrimina a conduta de possuir ou guardar objetos especialmente destinados à falsificação de moeda constitui exceção à impunibilidade dos atos preparatórios no direito penal brasileiro.
- Ⓑ <<F1501314A3_&3051_E_Q085A3>>Os documentos emitidos pelas empresas públicas estaduais são equiparados a documentos particulares para efeitos penais.
- Ⓒ <<F1501314A4_&3051_E_Q085A4>>O servidor público que dolosamente faz afirmação falsa em procedimento de licenciamento ambiental comete o crime de falsidade ideológica, previsto no CP.
- Ⓓ <<F1501314A5_&3051_E_Q085A5>>O agente que falsificar e posteriormente usar documento público cometerá os crimes de falsificação de documento público e uso de documento falso em concurso material, nos termos do CP.

- Ⓔ <<F1501314A1_\&3051_E\Q085A1>> Segundo o entendimento consolidado nos tribunais superiores, será tida como atípica a conduta do acusado que, ao ser preso em flagrante, informar nome diverso, uma vez que agirá em legítimo exercício de autodefesa.

QUESTÃO 86

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial a respeito dos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

<<F1501315_\&3051_P220001A13I6&3051\Qt86>>

- Ⓐ <<F1501315A5_\&3051_C\Q086A5>> **Situação hipotética:** João, chefe de determinada repartição pública, deixou de instaurar o devido procedimento administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade por falta funcional de Pedro, que, além de ser seu subordinado, era seu amigo de longa data, fato que o fez atuar com um grau de tolerância maior. **Assertiva:** Nessa situação, João cometeu o crime capitulado no CP como condescendência criminosa.
- Ⓑ <<F1501315A1_\&3051_E\Q086A1>> Para efeitos penais, o CP excepciona do conceito de funcionário público os servidores temporários contratados por prazo determinado para atender necessidade transitória de excepcional interesse público.
- Ⓒ <<F1501315A2_\&3051_E\Q086A2>> O CP prevê a figura do peculato culposo. Se a reparação do dano ocorrer até o recebimento da denúncia haverá extinção da punibilidade. Caso se dê após o recebimento da denúncia, a reparação ensejará causa de diminuição da pena.
- Ⓓ <<F1501315A3_\&3051_E\Q086A3>> Prefeito municipal que der aplicação diversa da estabelecida em lei a verba ou renda pública cometerá crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no CP.
- Ⓔ <<F1501315A4_\&3051_E\Q086A4>> Cometerá o crime de corrupção passiva o agente público que, na condição de fiscal de tributos, exigir de uma empresa de pequeno porte tributo de competência estadual que saiba ser indevido.

QUESTÃO 87

Assinale a opção correta a respeito dos institutos da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior.

<<F1501316_\&3051_P220001A13I7&3051\Qt87>>

- Ⓐ <<F1501316A2_\&3051_E\Q087A2>> A voluntariedade e a espontaneidade da interrupção da execução do crime são requisitos caracterizadores fundamentais das hipóteses de desistência voluntária.
- Ⓑ <<F1501316A3_\&3051_E\Q087A3>> Conforme previsto no CP, a consequência penal do arrependimento eficaz é a mesma do arrependimento posterior.
- Ⓒ <<F1501316A4_\&3051_C\Q087A4>> Caso a restituição da coisa ou a reparação do dano se dê até o recebimento da

denúncia, configurar-se-á o arrependimento posterior. Caso se dê após o recebimento da denúncia e até a sentença, a restituição ou reparação será considerada circunstância atenuante.

- Ⓓ <<F1501316A5_\&3051_E\Q087A5>> No arrependimento posterior, o agente pratica todos os atos executórios, e, arrependido, assume nova conduta, visando impedir que o resultado inicialmente almejado se concretize.
- Ⓔ <<F1501316A1_\&3051_E\Q087A1>> De acordo com o artigo pertinente do CP, a restituição da coisa, quando cabível e desde que feita até o recebimento da denúncia, é condição indispensável para a redução da pena em razão do arrependimento posterior, mas a recusa do ofendido em receber a coisa de volta inviabilizará a referida causa de diminuição da pena.

QUESTÃO 88

Assinale a opção correta a respeito de transparência, controle e fiscalização de acordo com a LRF.

<<F1501274_\&2748_P220001A14I1&2748\Qt88>>

- Ⓐ <<F1501274A5_\&2748_E\Q088A5>> O relatório de gestão fiscal do Poder Legislativo deve conter um comparativo da dívida consolidada e mobiliária com os limites previstos na LRF.
- Ⓑ <<F1501274A1_\&2748_E\Q088A1>> Sempre que verificar que as despesas de pessoal de Poder Executivo estadual atingiram o limite prudencial — 95% do limite máximo das despesas com pessoal —, o TCE deverá emitir alerta sobre esse fato, na forma da LRF.
- Ⓒ <<F1501274A2_\&2748_E\Q088A2>> As contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo serão objeto de parecer prévio do respectivo tribunal de contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro lapso não estiver previsto no regimento interno desse tribunal.
- Ⓓ <<F1501274A3_\&2748_C\Q088A3>> O fato de o município não atender o prazo para a publicação do relatório de gestão fiscal lhe gera a mesma espécie de sanção prevista na LRF para a conduta de não encaminhar tempestivamente suas contas ao Poder Executivo da União.
- Ⓔ <<F1501274A4_\&2748_E\Q088A4>> O relatório de gestão fiscal, que deverá ser publicado em até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico, engloba o relatório resumido de execução orçamentária.

QUESTÃO 89

No que se refere à gestão patrimonial no contexto da responsabilidade fiscal, assinale a opção correta.

<<F1501275_\&2748_P220001A14I2&2748\Qt89>>

- A** <<F1501275A4_\&2748_C_Q089A4>> Ainda que o depósito das disponibilidades de caixa dos regimes de previdência dos servidores públicos se faça em conta separada das demais disponibilidades do ente federado, esses recursos não poderão ser destinados à concessão de empréstimos aos segurados.
- B** <<F1501275A5_\&2748_E_Q089A5>> A LRF permite que recursos recebidos na venda de bens públicos sejam usados para a amortização da dívida pública e para o pagamento dos respectivos juros.
- C** <<F1501275A1_\&2748_E_Q089A1>> Somente emenda constitucional poderia permitir que as disponibilidades de caixa das empresas controladas pelos estados-membros fossem depositadas em instituições financeiras não oficiais.
- D** <<F1501275A2_\&2748_E_Q089A2>> É permitido ao estado-membro usar títulos da dívida pública de vencimento no curto prazo para o pagamento de desapropriação de imóvel urbano.
- E** <<F1501275A3_\&2748_E_Q089A3>> Quando o contrato de gestão prevê que se estabeleçam objetivos e metas de desempenho, na forma da lei, a empresa estatal federal passa a dispor de autonomia gerencial, orçamentária e financeira, deixando de integrar o orçamento de investimento da União.

QUESTÃO 90

A respeito do orçamento público e das leis orçamentárias, assinale a opção correta.

- <<F1501277_\&2748_P220001A14I4&2748_Qf90>>
- A** <<F1501277A3_\&2748_E_Q090A3>> Em seu anexo de metas fiscais, a LDO deverá prever as metas anuais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o período em que vigorar o PPA.
- B** <<F1501277A4_\&2748_E_Q090A4>> A única função do orçamento de investimentos da União é fixar as receitas e as despesas das empresas em que este ente central detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.
- C** <<F1501277A5_\&2748_C_Q090A5>> Caso se concretizem passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, a LDO deverá apresentar um anexo de riscos fiscais, para informar as providências a serem tomadas.
- D** <<F1501277A1_\&2748_E_Q090A1>> Sob pena de ser considerado inválido, o decreto que estabelece o PPA não pode deixar de especificar, de forma regionalizada, as metas e as prioridades do governo para os quatro anos seguintes à sua aprovação, relativamente às despesas de capital e outras delas decorrentes, e também as despesas de duração continuada.
- E** <<F1501277A2_\&2748_E_Q090A2>> Para dar maior concretude às previsões abstratas do PPA, a LDO não deve conter matéria estranha àquelas veiculadas no referido plano.

QUESTÃO 91

Com base na jurisprudência atual e dominante dos tribunais superiores em matéria de direito financeiro, assinale a opção correta.

<<F1501278_\&2748_P220001A14I5&2748_Qt91>>

- A** <<F1501278A2_\&2748_C_Q091A2>> As operações de crédito de ente federado não podem superar as despesas de capital, salvo quando autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- B** <<F1501278A3_\&2748_E_Q091A3>> Excetuada a revisão de aposentadoria, pensão ou reforma, serão assegurados, nos processos perante os tribunais de contas, o contraditório e a ampla defesa sempre que da decisão a ser proferida puder decorrer revogação ou anulação de ato que tenha beneficiado o interessado.
- C** <<F1501278A4_\&2748_E_Q091A4>> Quando a receita realizada no bimestre sinalizar que não se atingirão as metas fiscais, e o Poder Legislativo não cumprir tempestivamente a obrigação de limitar empenho e movimentação financeira, o Poder Executivo poderá, substitutivamente, fazê-lo, conforme os critérios fixados pela LDO.
- D** <<F1501278A5_\&2748_E_Q091A5>> Em razão da impossibilidade de se interpretar extensivamente as competências constitucionais e as competências do regime jurídico de direito privado que regula as sociedades de economia mista, o TCU não deve abrir fiscalização contra essa espécie empresarial, senão nos casos em que haja fundada suspeita de atos danosos ao erário.
- E** <<F1501278A1_\&2748_E_Q091A1>> É incompatível com a CF norma de constituição estadual que preveja que as contas prestadas por quem administra o TCE devam ser apreciadas e julgadas pela assembleia legislativa do estado-membro.

QUESTÃO 92

Considerando a jurisprudência do STF, assinale a opção correta acerca do sistema tributário nacional.

<<F1501304_\&2779_P220001A15I1&2779_Qt92>>

- A** <<F1501304A3_\&2779_C_Q092A3>> Município pode instituir contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração dos servidores públicos municipais para custeio do regime próprio de previdência, devendo, entretanto, os trabalhadores temporários e comissionados contribuir para o RGPS.
- B** <<F1501304A4_\&2779_E_Q092A4>> Conforme o entendimento do STF, dado o pacto federativo celebrado pela República Federativa do Brasil, é possível a não incidência de contribuições previdenciárias sobre servidores e empregados públicos municipais.
- C** <<F1501304A5_\&2779_E_Q092A5>> De acordo com o entendimento do STF, é vedada a cobrança de taxa de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis calculada sobre a metragem do

imóvel, por ofensa ao princípio que veda a instituição de taxa com base de cálculo própria de imposto.

- D <<F1501304A1_\&2779_E_Q092A1>> Conforme o STF, a validade da taxa instituída com fundamento na criação de órgão de poder de polícia independe do efetivo exercício desse órgão.
- E <<F1501304A2_\&2779_E_Q092A2>> Constitui exemplo de contribuição interventiva no interesse de categorias profissionais a contribuição associativa ou confederativa fixada por assembleia geral de determinada categoria com vistas a custear o sistema confederativo de sua representação sindical.

QUESTÃO 93

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito da contribuição previdenciária para o RGPS, do ITCMD e do IPTU.

<<F1501305_\&2779_P220001A15I2&2779_Qt93>>

- A <<F1501305A5_\&2779_E_Q093A5>> Para evitar a denominada guerra fiscal, foi atribuída ao Senado Federal a competência para a instituição das alíquotas mínimas do IPTU.
- B <<F1501305A1_\&2779_E_Q093A1>> Incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias gozadas, mas não sobre o terço das férias indenizadas.
- C <<F1501305A2_\&2779_E_Q093A2>> É cabível em arrolamento sumário a discussão sobre eventual configuração da decadência do direito da fazenda pública de efetuar lançamento tributário referente ao ITCMD.
- D <<F1501305A3_\&2779_E_Q093A3>> Não incide contribuição previdenciária sobre o salário-paternidade.
- E <<F1501305A4_\&2779_C_Q093A4>> Conforme o STF, a proximidade parental entre o *de cuius* e os herdeiros não é critério legítimo para a instituição de progressividade de alíquotas do ITCMD.

QUESTÃO 94

No que se refere a imunidade tributária, isenção, não incidência e princípios tributários, assinale a opção correta.

<<F1501306_\&2779_P220001A15I3&2779_Qt94>>

- A <<F1501306A2_\&2779_E_Q094A2>> Expressão do poder constituinte decorrente, a Constituição de estado-membro pode imunizar determinadas atividades — imunidade objetiva — ou pessoas — imunidade subjetiva.
- B <<F1501306A3_\&2779_E_Q094A3>> Constitui exemplo de isenção a não incidência do imposto sobre a propriedade territorial rural sobre um imóvel qualificado como urbano.
- C <<F1501306A4_\&2779_C_Q094A4>> Isenções de ICMS devem ser objeto de convênio normativo, conforme previsão

constitucional, a despeito de ser esse imposto regulamentado por lei complementar.

- D <<F1501306A5_\&2779_E_Q094A5>> Salvo se ratificadas pelo estado ou pelo município detentor da competência tributária, são inválidas isenções de tributos estaduais e municipais previstas em tratados de direito internacional celebrados pela República Federativa do Brasil.
- E <<F1501306A1_\&2779_E_Q094A1>> Se suceder empresa pública federal devedora de tributos estaduais e municipais, a União estará imune aos referidos gravames, em decorrência da imunidade recíproca.

QUESTÃO 95

Acerca dos impostos, dos princípios e direitos do contribuinte e das garantias e preferências do crédito tributário, assinale a opção correta.

<<F1501308_\&2779_P220001A15I5&2779_Qt95>>

- A <<F1501308A3_\&2779_E_Q095A3>> Em caso de falência, pagos os créditos trabalhistas, há preferência do crédito tributário sobre os créditos extraconcursais e os créditos com garantia real, até o valor do bem gravado.
- B <<F1501308A4_\&2779_C_Q095A4>> A receita líquida do imposto sobre operações financeiras, que incide sobre operações de crédito, câmbio, seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, destina-se à formação de reservas monetárias, segundo disposição legal, podendo o Poder Executivo, nos limites e nas condições da lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo desse imposto.
- C <<F1501308A5_\&2779_E_Q095A5>> Conforme o entendimento do STF, os órgãos de representação consular de Estado estrangeiro não gozam de imunidade tributária quando devido ITCMD incidente sobre doação de imóvel.
- D <<F1501308A1_\&2779_E_Q095A1>> É vedada a instituição por medida provisória de norma que implique a obrigatoriedade de que todo o contribuinte informe à administração tributária atos e negócios jurídicos que impliquem elisão fiscal lícita.
- E <<F1501308A2_\&2779_E_Q095A2>> Operação consistente em alienação de imóvel não considerado bem de família e que possa reduzir seu proprietário à insolvência, se realizada antes da inscrição na dívida ativa, mas após notificação do lançamento tributário, será considerada fraude à execução, sendo, por isso, também, considerada sem efeito perante a fazenda pública lesada.

QUESTÃO 96

No que concerne à repartição de receitas tributárias, assinale a opção correta.

<<F1501309_\&2779_P220001A15I6&2779_Qt96>>

- A** <<F1501309A4_\&2779_E\Q096A4>>A União é parte passiva legítima em ações que discutam matéria relacionada ao imposto sobre a renda retido na fonte de servidor público estadual, demanda que deve ser processada na justiça federal.
- B** <<F1501309A5_\&2779_E\Q096A5>>Compete ao Ministério da Fazenda efetuar o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação e editar as normas e instruções complementares necessárias ao pleno cumprimento das regras de repartição constitucional de tributos.
- C** <<F1501309A1_\&2779_E\Q096A1>>Se, com a instituição de um imposto fundamentado em sua competência extraordinária, a União arrecadar R\$ 1.000.000, serão devidos R\$ 250.000 aos estados.
- D** <<F1501309A2_\&2779_E\Q096A2>>Caso arrecade R\$ 3.000.000 referentes ao imposto sobre a propriedade territorial rural incidente sobre imóveis rurais localizados em determinado município, a União deverá R\$ 750.000 a esse município.
- E** <<F1501309A3_\&2779_C\Q096A3>>Se o estado do Paraná arrecadar R\$ 5.000.000 com o IPVA de veículos registrados no município de Curitiba, R\$ 2.500.000 serão devidos a esse município.

QUESTÃO 97

A respeito da natureza, dos princípios, das regras e do histórico da seguridade social, assinale a opção correta.

<<F1501336_\&2779_P220001A16I1&2779\Qt97>>

- A** <<F1501336A5_\&2779_E\Q097A5>>O STJ admite tanto a *desaposentação* quanto o *despensionamento*, espécies de renúncia ao gozo de benefício vigente em proveito de benefício mais vantajoso, sem que haja ofensa ao princípio da solidariedade.
- B** <<F1501336A1_\&2779_E\Q097A1>>As contingências sociais que interessam à previdência social são aquelas que repercutem negativamente na vida econômica do trabalhador e decorrem de fatores involuntários, como a invalidez, a idade e a doença.
- C** <<F1501336A2_\&2779_E\Q097A2>>A seguridade social caracteriza-se pela contribuição direta do beneficiário do seguro social, embora se admitam benefícios assistenciais como o seguro-desemprego.
- D** <<F1501336A3_\&2779_C\Q097A3>>O princípio da previdência social que visa conciliar a universalização, objetiva e subjetiva, do seguro social com a capacidade

econômica do Estado, de modo a cobrir os riscos sociais reputados mais relevantes, é o da seletividade.

- E** <<F1501336A4_\&2779_E\Q097A4>>A CF veda peremptoriamente a concessão de anistia e remissão de contribuições previdenciárias.

QUESTÃO 98

Assinale a opção correta a respeito do custeio da seguridade social.

<<F1501337_\&2779_P220001A16I2&2779\Qt98>>

- A** <<F1501337A4_\&2779_C\Q098A4>>Para o trabalhador filiado ao RGPS, não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
- B** <<F1501337A5_\&2779_E\Q098A5>>Em procedimento de aferição indireta para se determinar o valor do movimento real de remuneração dos segurados a seu serviço, do faturamento e do lucro, durante o exame da escrituração contábil ou de qualquer outro documento da empresa, caso se constate divergência entre a base de cálculo do tributo devido e o efetivamente registrado, o ônus da prova será da fiscalização previdenciária.
- C** <<F1501337A1_\&2779_E\Q098A1>>A COFINS, por incidir sobre o faturamento, não alcança as receitas provenientes da locação de bens móveis.
- D** <<F1501337A2_\&2779_E\Q098A2>>Para que as contribuições para a seguridade social sejam legalmente válidas, é imprescindível que sua instituição se dê por meio de lei complementar, ainda que as fontes de custeio estejam expressas na CF.
- E** <<F1501337A3_\&2779_E\Q098A3>>A contribuição para o Seguro de Acidentes do Trabalho é devida pelas empresas para o financiamento exclusivo dos benefícios por invalidez.

QUESTÃO 99

Em abril de 2013, Jeane sofreu um acidente de trabalho, e o médico da empresa na qual ela trabalhava considerou-a incapaz para retornar a suas atividades e aconselhou-a a solicitar sua aposentadoria por invalidez. Representada por um advogado, Jeane ingressou diretamente em juízo com ação previdenciária, pleiteando a aposentadoria por invalidez.

Nessa situação hipotética,

<<F1501339_\&2779_P220001A16I4&2779\Qt99>>

- A** <<F1501339A3_\&2779_E\Q099A3>>segundo o STJ, o prévio requerimento administrativo é prescindível para a admissibilidade da ação previdenciária interposta por Jeane.

- Ⓐ <<F1501339A4_\&2779_E_Q099A4>>a data de início do benefício da aposentadoria por invalidez será a data da juntada aos autos do laudo pericial em juízo.
- Ⓑ <<F1501339A5_\&2779_C_Q099A5>>caso Jeane necessite de assistência permanente de outra pessoa, o valor da aposentadoria será acrescido de 25%, ainda que o valor do benefício atinja o limite máximo.
- Ⓒ <<F1501339A1_\&2779_E_Q099A1>>se for considerada apta para outro tipo de trabalho pela previdência social, a despeito de sua situação cultural e econômica, Jeane não terá direito à aposentadoria por invalidez.
- Ⓓ <<F1501339A2_\&2779_E_Q099A2>>a aposentadoria por invalidez requerida por Jeane poderá ser cumulada com o auxílio-acidente.

QUESTÃO 100

Cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética a respeito da pensão por morte, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta, considerando que todos os indivíduos mencionados sejam filiados ao RGPS.

<<F1501340_\&2779_P220001A16I5&2779_Qt100>>

- Ⓐ <<F1501340A1_\&2779_E_XQ100A1>>Carla era dependente de José, falecido em 1994. À época do óbito, a lei estabelecia que a pensão por morte devida a Carla correspondia ao montante de 50% do salário-de-benefício de José. Em 1995, nova lei aumentou o percentual da pensão para 100% do salário-de-benefício. Nessa situação, Carla tem direito à revisão de seu benefício.
- Ⓑ <<F1501340A2_\&2779_C_XQ100A2>>Jorge, vítima de um tsunami no norte da Oceania, era companheiro de Nicole. Nessa situação, Nicole tinha direito à pensão provisória, enquanto estivesse em curso o processo de reconhecimento de morte presumida para fins previdenciários, no qual, para conceder a prestação previdenciária, a justiça federal teria de declarar a morte presumida de Jorge.
- Ⓒ <<F1501340A3_\&2779_E_XQ100A3>>Vânia e Jaime estavam separados havia dois anos quando Jaime, que não possuía descendentes, morreu. Nessa situação, dada a

manutenção do vínculo matrimonial, presume-se a dependência econômica de Vânia, que, por isso, teria direito à pensão por morte.

- Ⓓ <<F1501340A4_\&2779_E_XQ100A4>>Miguel tem três anos de idade e seu pai, Rômulo, faleceu em 20/2/2015. Lúcia, sua mãe, solicitou o pagamento da pensão por morte para Miguel em 20/11/2015. Nessa situação, o benefício será devido desde a data do requerimento da pensão, uma vez que transcorreram mais de noventa dias entre o óbito e o requerimento.
- Ⓔ <<F1501340A5_\&2779_E_XQ100A5>>Mara é pensionista de Sandro, que, quando faleceu, era aposentado por invalidez e gozava do adicional de 25% sobre o valor do benefício, já que necessitava de assistência permanente. Nessa situação, o valor da pensão por morte para Mara deve englobar o referido adicional.

Espaço livre

